

UniCEUB - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO - FACE
CURSO PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PROJETO PROFESSOR NOTA 10

OS FATORES QUE INTERFEREM NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

**RHODOLFO PEREIRA LEMES
SEBASTIÃO ALEXANDRE**

ORIENTADOR: PROFESSORA MARIA DO CARMO DINIZ

BRASÍLIA, JUNHO DE 2006

UniCEUB - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO - FACE
CURSO PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PROJETO PROFESSOR NOTA 10

OS FATORES QUE INTERFEREM NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

**RHODOLFO PEREIRA LEMES
SEBASTIÃO ALEXANDRE**

Trabalho monográfico apresentado como
requisito para a obtenção da Graduação em
Pedagogia para séries iniciais do ensino
fundamental.

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2006

Agradecemos a Deus e àqueles que nos ajudaram a vencer mais esta etapa da vida, em especial aos coordenadores e professores do curso.

Aos educadores que sonham e buscam
um mundo melhor, através da transformação
do homem pela Educação, e jamais se dão
por vencidos.
Dedico.

SUMÁRIO

RESUMO

1.0 – INTRODUÇÃO	01
2.0 - REFERENCIAL TEÓRICO	05
2.1. A História Da Educação Numa Visão Geral	05
2.1.1 -A educação nas Sociedades Tribais e na Antiguidade.....	05
2.1.2 - Antigüidade Grega, a Antigüidade Romana e o Renascimento.....	06
2.2 – A Educação No Brasil Ao Longo Da História.....	09
2.3 – Documentos norteadores.....	15
2.4 – A Construção Do Conhecimento.....	24
2.5 – Mediação.....	27
2.6 – Fatores De Aprendizagem.....	31
3.0 – METODOLOGIA.....	35
4.0 – ANÁLISE DE DADOS.....	38
4.1 Resultados.....	49
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
APÊNDICES.....	59
APÊNDICE A	60
APÊNDICE B.....	62
APÊNDICE C.....	64
APÊNDICE D.....	67
APÊNDICE E.....	70

RESUMO

De acordo com Vygotsky (1993), a aprendizagem ocorre a partir de um intenso processo de interação social, através do qual o indivíduo vai internalizando os instrumentos culturais. A educação escolar pode desenvolver no indivíduo a capacidade e a iniciativa de buscar por si mesmo novos conhecimentos, a autonomia intelectual, a liberdade de pensamento e de expressão. O construtivista espanhol César Coll é um dos autores que explicitam esse princípio. Esse autor chega mesmo a apresentar o “aprender a aprender” como a finalidade última da educação numa perspectiva construtivista. A proposta do presente trabalho é fazer uma reflexão e proporcionar uma análise relevante, da construção do conhecimento em relação aos fatores que interferem no processo ensino e aprendizagem do aluno mediante o enfoque e abordagens teóricas. A pesquisa evidenciada foi qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, foi realizada em uma escola pública do Riacho Fundo II no Distrito Federal. Os sujeitos da pesquisa foram o aluno, a professora regente a coordenadora e o diretor. Os instrumentos utilizados foram à análise documental, a observação participante e entrevistas semi – estruturadas. Os resultados foram apontados mediante as categorias construção do conhecimento, mediação e fatores de aprendizagem. Os resultados mostraram que a categoria construção do conhecimento não apresentou aulas diversificadas que atendiam as necessidades reais dos alunos. Os conteúdos estavam fora de contexto deixando a desejar a construção do conhecimento. Os pontos negativos evidenciados na categoria mediação mostram que não havia diálogo nas interações entre professore e aluno. No decorrer das atividades em sala o aluno não era tratado como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem. Não existe elo entre professor, aluno e conhecimento construído. O educador nem conhecia o conceito de mediação por meio da abordagem construtivista. Na categoria fatores de aprendizagem não se buscava meios para identificar realmente o que interferia no rendimento do aluno, ao invés disso os alunos eram rotulados mesmo que de forma na intencional. A falta de fatores impulsionadores dificultavam novas perspectivas de aprendizagem do aluno. Existe pouco conhecimento científico sobre os fatores que interferem na aprendizagem por parte dos membros da escola. Como alguns professores desconhecem esses fatores que dificultam a aprendizagem à mesma muitas vezes não acontece e outras vezes acontece superficialmente. Conclui-se que as teorias da construção do conhecimento e dos fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem fornecem os pressupostos teóricos que orientam o processo pedagógico. A tarefa primordial do educador é a de traduzir a teoria que ele acredita em prática funcional. “O aprender é processo de significação subjetiva do ser, ou seja, necessita ser exercido com liberdade, e não por imposição, pela simples razão de que numa relação dialógica entre sujeitos sempre ocorrerão trocas – o processo contínuo de reconhecer o outro” Freitas, (2002: 04).

Palavras-chave: construção do conhecimento, mediação, fatores de aprendizagem.

1.0 INTRODUÇÃO

A educação, enquanto fenômeno universal, que deve estar na base de todo aperfeiçoamento humano. A educação não é uma mera transmissão ou uma mera recepção, pois o indivíduo também já sabe e oferece, deixando de ser receptor passivo. A educação pode ser considerada um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política e cultural.

A educação diz respeito à existência de indivíduos e de como estes vêm a ser individualmente inseridos na sociedade. A educação possui necessariamente uma concepção de homem, pois o fim da educação é o homem que se deseja formar, essa educação deve proporcionar a participação efetiva do indivíduo em seu meio social como sujeito ativo, porque o ensino, mais do que promover a acumulação de conhecimentos cria modos e condições de ajudar os alunos a se colocarem ante a realidade para pensá-la e atuar nela.

Afirmar que a educação escolar deva desenvolver no indivíduo a capacidade e a iniciativa de buscar por si mesmo novos conhecimentos, a autonomia intelectual, a liberdade de pensamento e de expressão. As aprendizagens mais desejáveis são as que o indivíduo realiza por si mesmo, nas quais está ausente a transmissão, por outros indivíduos, de conhecimentos e experiências. O construtivista espanhol César Coll é um dos autores que explicitam esse princípio. Esse autor chega mesmo a apresentar o “aprender a aprender” como a finalidade última da educação numa perspectiva construtivista:

Numa perspectiva construtivista, a finalidade última da intervenção pedagógica é contribuir para que o aluno desenvolva a capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo numa ampla gama de situações e circunstâncias, que o aluno “aprenda a aprender” COLL, (1994:137).

A presente pesquisa tem como tema o processo de aprendizagem e fatores que interferem no ensino e aprendizagem. A pesquisa questionará que fatores ajudam a desencadear as dificuldades e interferências no processo de ensino

e aprendizagem? A justificativa da pesquisa nos mostra uma reflexão sobre a idéia, de que a aprendizagem é resultado do desenvolvimento intelectual, e salienta que o conhecimento desses processos do desenvolvimento humano é de fundamental importância para a compreensão dos diferentes, processos psíquicos que envolvem a aprendizagem.

Segundo KRAMER apud BOSSA, (2000, p. 87):

Os estados antropológicos exigem que levemos em conta o contexto de vida mais imediato das crianças e as próprias características específicas dos professores e da escola como instituição. Isso significa reconhecer que as crianças são diferentes e têm especificidades, não só por pertencerem a classes diversas ou por estarem em momentos diversos em termos de desenvolvimento psicológico; também os hábitos, costumes e valores presentes na sua família e na localidade mais próxima interferem na sua percepção de mundo e na sua inserção, e ainda também os hábitos, valores e costumes dos profissionais com que eles convivem no contexto escolar (professores, serventes, supervisores etc.) precisam ser considerados e discutidos.

Muitos fatores interferem no processo ensino e aprendizagens. Para ajudar professores e todos aqueles envolvidos com a questão do aprender, surgiu a Psicopedagogia, ciência nova que se destina a buscar as causas dos fracassos escolares e resgatar o prazer de aprender numa visão multidisciplinar, podendo orientar as instituições escolares e seus professores e atender a pais e alunos na perspectiva de transformar as relações com o aprendiz. Para RUBINSTEIN, (1992, P. 103):

Num primeiro momento a Psicopedagogia esteve voltada para a busca e o desenvolvimento de metodologias que melhor atendessem aos portadores de dificuldades, tendo como objetivo fazer a reeducação ou a remediação e desta forma promover o desaparecimento do sintoma. E ainda, a partir do momento em que o foco de atenção passa a ser a compreensão do processo de aprendizagem e a relação que o aprendiz estabelece com a mesma, o objeto da Psicopedagogia passa a ser a compreensão do processo da aprendizagem e a relação que o aprendiz estabelece com a mesma, o objeto da Psicopedagogia passa a ser mais abrangente: a metodologia é apenas um aspecto no processo terapêutico, e o principal objetivo é a investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm neste processo.

Para detectar as causas do fracasso escolar, motivo que afasta tantas pessoas do conhecimento Piaget (1994) e Vygotsky (1994) ambos interacionistas, defendem que o problema de aprendizagem está muito ligado ao tipo de organização da personalidade do indivíduo, como também a educação familiar e a classe social a que pertence, sendo várias as causas dos desajustes emocionais: imaturidade emocional, desajuste da situação familiar, ou ainda por qualquer acontecimento dramático (DAVIS, 1994).

A questão da formação do professor e o seu papel é de grande importância na tentativa de resolução mais adequada dos problemas de ensino e aprendizagens.

Por meio desta pesquisa pretendemos conhecer e aprender a trabalhar com o desconhecido, com o conflito, com o inusitado, com o erro, com a dificuldade, e ser seletivo. A pesquisa buscará algumas alternativas para resolverem os problemas que surgem como comportamentos marcados por falta de atenção, impulsividade, oposição, agressão, desvio de conduta e manifestações anti-sociais. Estes comportamentos são classificados como externalizantes, em oposição a padrões de comportamento internalizantes sendo assim, muitas vezes a dificuldade de aprendizagem não é responsabilidade exclusiva do aluno, ou da família, ou somente da escola. A atitude do não aprender nos mostra que algo deverá ser feito para resolução destes fatores que podem dificultar o rendimento do aluno.

A presente pesquisa tem por objetivo geral proporcionar uma análise relevante, da construção do conhecimento em relação aos fatores que interferem no processo ensino e aprendizagem do aluno mediante o enfoque das abordagens teóricas. E com isso pretender se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- conhecer as concepções teórico pedagógicas do professor;
- diagnosticar as dificuldades de ensino e, aprendizagem do aluno em sala de aula;
- identificar como o professor media a construção do conhecimento do aluno;
- analisar como são trabalhados os fatores que interferem no ensino e aprendizagem;

- identificar se a prática de ensino é condição de interação social e fator de desenvolvimento do aluno como sujeito e como cidadão ativo no processo ensino e aprendizagem.

O profissional de educação ao ler esta pesquisa poderá refletir sobre seu trabalho e buscar continuamente agregar valores a sua formação, resignificando os conteúdos e adotando novas posturas avaliativas.

Pretende-se ainda que esta pesquisa possa direcionar os profissionais da educação que sentem a necessidade de refletir sobre suas ações pedagógicas no que diz respeito a conhecer e reconhecer a importância do sujeito da aprendizagem, a entender o que pode facilitar ou impedir que se aprenda.

2.0 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NUMA VISÃO GERAL

2.1.1 – A educação nas Sociedades Tribais e na Antiguidade

O homem sempre usou diferentes formas ou maneiras para transmitir informações constituindo assim um dos maiores legados de uma civilização. Desde a primitiva sociedade oral à sociedade globalizada, o homem vem se tornando, cada vez mais, dependente das tecnologias da informação e da comunicação.

Antes da escrita o homem transmitia seus conhecimentos oralmente. Em algumas comunidades tribais as crianças aprendiam imitando os diversos gestos nas cerimônias dos rituais dos adultos e nas atividades diárias. As crianças aprendiam por meio do convívio eram treinadas através do cotidiano sem que alguém estivesse especialmente destinado a tarefa de ensinar. A cultura e sabedoria do povo estavam baseadas em suas, lendas, fábulas, mitos, crendices e tabus, que eram as principais formas de se passar informações importantes de geração a geração. Nessas comunidades tribais geralmente um dos indivíduos, o mais velho do grupo, era quem passava ou contava as histórias sendo extremamente necessário para as sociedades primitivas que tinham sua estrutura cultural constituído neste ponto, sobretudo, nas lembranças e da memória auditiva de seus cidadãos. Nessas sociedades sem escrita era a de competência desse personagem a tarefa de repassar aos mais novos e as crianças, as informações que constituíam as misturas culturais (moral, filosofia, religião, ciências) e os valores necessários à boa conduta no seio da comunidade, além das experiências que garantiriam a sobrevivência de toda a sociedade.

2.1.2 - Antigüidade Grega, a Antigüidade Romana e o Renascimento:

A antiga educação dos escribas egípcios e babilônios se diferenciava da educação grega, uma vez que ela, ao contrário da grega, não valorizaria a cultura letrada".

Grécia Antiga nos proporcionou a idéia da investigação sistemática, de que o mundo é regido por leis da natureza, e não por deuses cheios de caprichos.

A Grécia Clássica pode ser considerada o berço da pedagogia. A palavra paidagogos significa aquele que conduz a criança, o pedagogo era o escravo que conduzia as crianças. A Pedagogia atualmente é a ciência ou disciplina cujo objetivo é o pensamento, sobre a ordem sistemática e a crítica do processo educativo. Com o tempo, o sentido se amplia para designar toda a teoria da educação. Falando de maneira geral, a educação grega está focada na formação integral corpo e espírito mesmo que, de fato, a ênfase se deslocasse ora mais para o preparo esportivo ora para o debate intelectual, conforme a época ou lugar.

Grécia Antiga nos proporcionou a idéia da investigação sistemática, de que o mundo é regido por leis da natureza, e não por deuses cheios de caprichos.

Os gregos são uma civilização que desenvolveu uma assembléia, onde os homens aprenderam a persuadir uns aos outros por meio do debate, da polêmica; uma economia marítima que impedia o isolamento e, ao mesmo tempo, desenvolvia uma classe mercantil independente, que podia contratar seus próprios professores; que escreveu as obras "Ilíada" e "Odisséia" e que construiu uma religião que não era dominada por sacerdotes.

O processo de educação na Grécia teve formas diferentes. Em Esparta ela assume um papel de preparação para a guerra. Entretanto, em Atenas assume um papel mais intelectual. A educação grega, especialmente em Atenas, começou a valorizar o ensino da leitura e da escrita para a formação dos filhos dos nobres. Mas

teremos de aguardar pelo menos mais um século para ver o ensino de Matemática começar a ser considerado importante para essa formação

A Grécia foi o local onde fluiu a sofística, mesmo que, não tenha sido a Grécia o local de origem da sofística. Os sofistas tiveram grande importância na profissionalização da educação. Além disso, a Grécia é considerada como o berço da pedagogia.

A Grécia achava-se dividida em Cidades-Estado, das quais as mais conhecidas são as antagônicas Esparta e Atenas. Segundo ARANHA (1996, p.38):

Por volta do século IX, o legislador Licurgo organiza o Estado e a educação. De início os costumes não são tão rudes, e a formação militar é entremeada com a esportiva e a musical. Com o tempo e, sobretudo no século IV a.C. quando Esparta derrota Atenas - o rigor da educação se assemelha à vida de caserna.

Na Idade Média, a Igreja Católica dominava o cenário religioso. Detentora do poder espiritual, a Igreja influenciava o modo de pensar, a psicologia e as formas de comportamento na Idade Média. A igreja também tinha grande poder econômico, pois possuía terras em grande quantidade e até mesmo servos trabalhando. Os monges viviam em mosteiros e eram responsáveis pela proteção espiritual da sociedade. Passavam grande parte do tempo rezando e copiando livros e a Bíblia. A cultura medieval foi fortemente influenciada pela religião.

A educação era para poucos, pois só os filhos dos nobres estudavam. Esta era marcada pela influência da Igreja, ensinando o latim, doutrinas religiosas e táticas de guerras. Grande parte da população medieval era analfabeta e não tinha acesso aos livros.

A partir dessa época, além de um ambiente para orações, os mosteiros tornaram-se amplos locais de cultura. Do ponto de vista cultural e educacional, era nos mosteiros que os jovens tinham a oportunidade de desenvolver uma formação intelectual voltada para a prática da leitura e da escrita.

Para ARANHA:

Os mosteiros assumem o monopólio da ciência e se tornam o principal reduto da cultura. Guardam nas bibliotecas os tesouros das culturas greco-latina, traduzem obras para o latim, adaptam algumas e reinterpretem outras à luz do cristianismo. Monges copistas, pacientemente, multiplicam os textos clássicos. Aranha (1996:76):

Deixamos a Idade Média e entramos no Renascimento pode ser considerado como um marco do início da Idade Moderna, uma vez que reflete o desenvolvimento de uma nova vida e de uma nova mentalidade, vinculadas à ascensão da cidade e da burguesia.

Renascença, caracterizada por novas formas de fazer e, sobretudo, de saber, a educação torna – se modismo e o homem deveria se interessar pelo ensino científico segunda a nova demanda da sociedade. Segundo ARANHA:

É impressionante o interesse pela educação no Renascimento – sobretudo se comparando com o da Idade Média -, principalmente pela proliferação de colégios e manuais para alunos e professores. Educar torna-se questão de moda uma exigência, segundo a nova concepção de homem. Aranha,(1996: 90).

Alguns fatores contribuíram para o surgimento e para o desenvolvimento desse movimento, como o aperfeiçoamento da imprensa, a decadência de Constantinopla e a prática do mecenato. Surge o interesse crescente entre os acadêmicos europeus pelos textos clássicos, em latim e em grego, dos períodos anteriores ao triunfo do Cristianismo na cultura européia. Surge também o aparecimento dos colégios, do século XVI até o XVIII, é fenômeno correlato ao surgimento de uma nova imagem da infância e da família. A constituição da moral neste período esta aliada ao objetivo da escola que também transmite conhecimentos. Essa sociedade tinha como características revalorizar o racionalismo, o antropocentrismo, o individualismo, o hedonismo, o naturalismo e o otimismo. Mesmo desprezando o grau de hierarquia da cultura da Igreja Católica Medieval esta mantém-se ainda fortemente hierarquizada, deixando de lado dos propósitos educacionais para a grande maioria das pessoas, com exceção dos reformadores protestantes, que agem por interesses religiosos.

Humanismo representou tendência semelhante no campo da ciência. Os humanistas eram homens letrados profissionais, normalmente provenientes da burguesia ou do clero que, por meio de suas obras, exerceram grande influência sobre toda a sociedade; rejeitavam os valores e a maneira de ser da Idade Média e foram responsáveis por conduzir modificações nos métodos de ensino, desenvolvendo a análise e a crítica na investigação científica.

2.2 – A EDUCAÇÃO NO BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA

A História da Educação Brasileira não é uma História difícil de ser compreendida. Ela se desenvolve em momentos marcantes e fáceis de serem observados. A primeira grande ruptura é marcada com a chegada mesmo dos portugueses ao território do Novo Mundo. Os portugueses que trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação. E convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu.

Persiste o panorama do analfabetismo e do ensino precário, agravado com a expulsão dos jesuítas e pela democracia da reforma pombalina. O período Pombalino ocorreu entre 1750 e 1777, Marques de Pombal é considerado, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e carismáticas da História Portuguesa. Representante do despotismo ilustrado em Portugal no século XVIII, viveu num período da história marcado pelo iluminismo. Na esfera da educação, introduziu importantes mudanças no sistema de ensino da colônia que até essa época estava sob a responsabilidade da Igreja, passando-o ao controle do Estado. Marquês determinou que a educação na colônia passasse a ser transmitida por leigos nas chamadas *Aulas Régias*. Até então, o ensino formal estivera a cargo da Igreja. Piletti afirma:

os Seminários da Igreja no Brasil tinham uma estrutura escolar propriamente dita, em que as matérias apresentavam uma seqüência lógica, os cursos tinham uma duração determinada e os estudantes eram reunidos em classe e trabalhavam de acordo com um plano de ensino previamente estabelecido. Piletti, (1996: 37).

Com isso a educação estava à deriva durante esse longo período do Brasil colônia, faz aumentar o fosso entre os letrados e a maioria da população analfabeta. O resultado da decisão de Pombal foi que, no princípio do século XIX (anos 1800...), a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo deles foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação. Esta situação somente sofreu uma mudança com a chegada da família real ao Brasil em 1808

É no séc. XIX que se concretizam, com a intervenção cada vez maior do Estado para estabelecer a escola elementar universal, leiga, gratuita e obrigatória. Enfatiza-se a relação entre educação e bem-estar social, estabilidade, progresso e capacidade de transformação. Daí, o interesse pelo ensino técnico ou pela expansão das disciplinas científicas. Ainda não há propriamente o que poderia ser chamada de uma pedagogia brasileira. É uma atuação irregular, fragmentária e quase nunca com resultados satisfatórios. O golpe de misericórdia que prejudicou de uma vez a educação brasileira vem de uma emenda à Constituição, o Ato adicional de 1834 que dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. Graças a isso, em 1835, surge a primeira escola normal do país em Niterói. Essa reforma descentraliza o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto que as províncias são destinadas a escola elementar e a secundária. A educação da elite fica a cargo do poder central e a do povo confinada às províncias.

Até a Proclamação da República, em 1889 praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira. Pouco foi feito, no Império, para que se criasse, no Brasil, um sistema educacional.

No período Republicano uma das intenções desta Reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador. Outra intenção era substituir a predominância literária pela científica.

As características da escola nova baseiam – se na educação integral (intelectual, moral, física); educação ativa; educação prática, sendo obrigatórios os trabalhos manuais; exercícios de autonomia; vida no campo; internato; co-educação;

ensino individualizado. Para tanto as atividades são centradas nos alunos, tendo em vista a estimulação da iniciativa. Escolas de métodos ativos: Montessori e Decroly. Montessori estimula a atividade livre concentrada, com base no princípio da auto-educação. Decroly observa, de maneira pertinente, que, enquanto o adulto é capaz de analisar, separar o todo em partes, a criança tende para as representações globais, de conjunto. Resta lembrar outros riscos dessa proposta: o puerilismo ou pedocentrismo supervaloriza a criança e minimiza o papel do professor, quase omissos nas formas mais radicais do não-diretismo; a preocupação excessiva com o psicológico intensifica o individualismo; a oposição ao autoritarismo da escola tradicional resulta em ausência de disciplina; a ênfase no processo faz descuidar da transmissão do conteúdo.

Anísio Teixeira foi principal articulador da Escola Nova, que deixou profundas marcas em nossa educação, a partir da década de 30. Nesta perspectiva o ensino se baseia na idéia de que a democracia depende do acesso de todos a educação. Anísio Teixeira implementou uma educação pública democrática para a população brasileira, nas reformas de ensino que liderou e nos órgãos que dirigiu. Segundo Tobias:

Educação Nova sintonizou o povo brasileiro com as inovações e reformas educacionais, quando estas chegavam até ele. Assim, aos poucos, mas profundamente, começou e enraizou – se a disparidade entre a educação e o ensino brasileiros; não quanto aos métodos pedagógicos, mas sim quanto a filosofia da educação impregnadora desses métodos e da chamada Educação Nova. Tobias, (1986:276).

Na sua visão o governo deveria dar prioridade às séries iniciais. Só assim o direito de estudar estaria garantido para todos, ricos e pobres. É exatamente essa a direção que o Ministério da Educação (MEC) está tomando: nos últimos anos, tem dado prioridade ao ensino fundamental, e agora começa a dar maior atenção ao ensino médio. Anísio também pensou num sistema de distribuição de recursos parecido com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o Fundão, implantado este ano.

A maior inovação pedagógica do século XX foi a introdução da chamada Educação Nova, centrada sobre a subjetividade do

educando. Contudo, duas notas importantes foram, com a infelicidade, identificadas com a Educação Nova, também chamada de Pedagogia Nova: de um lado, a redução da Educação Nova à socialização do educando, de maneira a se supor que, quem aceitava a Educação Nova, necessariamente tomava a filosofia social-radical. Tobias, (1986:307)

Proposta da Escola tecnicista consiste em: planejamento e organização racional da atividade pedagógica; operacionalização dos objetivos; parcelamento do trabalho, com especialização das funções; ensino por computador, telensino, procurando tornar a aprendizagem mais objetiva, a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral. Apesar desta divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial. Segundo Nelson Piletti:

O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral. Apesar desta divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial. Piletti, (1996: 90)

O fim do Estado Novo trouxe a adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático (1946). Esta nova Constituição, na área de educação, determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, unificando os sistemas dos Estados e Distrito Federal. Além do que, esta nova Constituição retoma o preceito de que *a educação é direito de todos*, inspirada nos princípios proclamados pelos pioneiros, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no início da década de 30.

Em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação, cumprindo o artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases. Este substitui o Conselho Nacional de Educação. São criados também os Conselhos Estaduais de Educação. Ainda em 1962 é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire. Segundo Bello (1999), em 1964, um golpe militar aborta todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram " *comunizantes e subversivas*". Depois do golpe militar de 1964 muito educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos. Muitos foram calados para sempre, alguns outros se exilaram, outros se recolheram a vida privada e outros, demitidos, trocaram de função.

O Regime Militar espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos, feridos, nos confronto com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o decreto-lei 477 calou a boca de alunos e professores; o Ministro da Justiça declarou que "estudantes tem que estudar" e "não podem fazer baderna". Esta era a prática do Regime. Neste período deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. E, para acabar com os "excedentes" (aqueles que tiravam notas suficientes, mas não conseguiam vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório. O regime político que se implantou, então, no Brasil, foi denominado por Saviani de "democracia "excludente" eufemismo de "ditadura". O golpe foi justificado como necessário para salvar a democracia e, mais do que democrático, o regime se pretendia "guardião" da democracia.

Dermeval Saviani afirma:

O intercâmbio cultural entre o Brasil e os demais países da América Latina era bastante rarefeito. Nas décadas de 60 e 70, em consequência da diáspora provocada pelos regimes militares ocorreu a circulação de razoável número de intelectuais por diferentes países da região. Com isso intensificou-se o conhecimento recíproco e a troca de contribuições, estimulando-se o desenvolvimento de estudos centrados em aspectos comuns aos diferentes países do

subcontinente... Porém no campo educacional o intercâmbio era praticamente inexistente. Saviani, (1996:1)

Para erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. Aproveitando-se, em sua didática, no expurgado Método Paulo Freire, o MOBRAL propunha erradicar o analfabetismo no Brasil. Não conseguiu. E entre denúncias de corrupção, foi extinto. É no período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que é instituída a Lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante. Dentro do espírito dos "slogans" propostos pelo governo, como "Brasil grande", "ame-o ou deixe-o", "milagre econômico", etc., planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira.

A ditadura militar se desfez por si só. Tamanha era a pressão popular, de vários setores da sociedade, que o processo de abertura política tornou-se inevitável. Mesmo assim, os militares deixaram o governo através de uma eleição indireta, mesmo que concorressem somente dois civis (Paulo Maluf e Tancredo Neves). Com o fim do Regime Militar, a eleição indireta de Tancredo Neves, seu falecimento e a posse de José Sarney, pensou-se que poderíamos novamente discutir questões sobre educação de uma forma democrática e aberta. A discussão sobre as questões educacionais, que segundo Bello (1999), já haviam perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político. Para isso contribuiu a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes a escola, a sala de aula, a didática e a dinâmica escolar em si mesma. Impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar, profissionais da área de sociologia, filosofia, antropologia, história, psicologia, entre outras, passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome da educação.

O Projeto de Lei da nova LDB foi encaminhado à Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elisio em 1988. No ano seguinte o Deputado Jorge Hage envia a Câmara um substitutivo ao Projeto e, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo Projeto que acaba por ser aprovado em dezembro de 1996, oito anos após ao encaminhamento do Deputado Octávio Elisio. Que é então a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação, Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996.

2.3 - DOCUMENTOS NORTEADORES

Promulgada em 5 de outubro de 1988, 20 meses após o início dos trabalhos, a nova Constituição inclui apenas parcialmente os princípios propostos pelo Fórum da Educação na Constituinte.

Em linhas gerais foram incorporados ao novo texto constitucional os objetivos atribuídos ao ensino de 1º e 2º graus pela lei nº 5.692/71. O artigo 205 da nova Carta ficou com a seguinte redação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Seguindo o artigo 206, "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;*
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimento oficiais;*
- V - valorização dos profissionais de ensino (...);*
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;*
- VII - garantia de padrão de qualidade."*

Tais princípios constituem, sem dúvida, avanços em relação aos textos constitucionais anteriores, que não faziam referência à "permanência na escola, ao

pluralismo de idéias e concepções", à valorização dos profissionais do ensino, à gestão democrática.

Garante-se por outro lado, a existência de instituições privadas de ensino, as quais, de acordo com o artigo 209, deverão cumprir as "normas gerais da educação nacional" e submeter-se à autorização e avaliação de qualidade pelo poder público".

O Estado, conforme o artigo 208, cumprirá o seu dever com a educação garantindo:

"I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede oficial de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

Se o Estado realmente cumprir os deveres mencionados, teremos em pouco tempo uma nova realidade educacional no País, bem diferente da atual, em que a maioria da população sequer completa o 1º grau. O mesmo artigo permite inclusive, em seu parágrafo 2º, responsabilizar a autoridade competente pelo não oferecimento ou pela oferta irregular do ensino obrigatório.

Resta à sociedade, em especial aos trabalhadores e as suas entidades representativas, permanecer a postos na exigência do cumprimento de tais obrigações pelo Estado e da extensão das mesmas, mediante a conquista de um ensino público e gratuito para todos, em todos os níveis.

O artigo 210 determina a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. No mesmo artigo, parágrafo 1º, é mantido o ensino religioso, de matrícula facultativa, no ensino fundamental das

escolas públicas, e, no parágrafo 2º se determina que o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processo próprio de aprendizagem.

Os índices mínimos da receita a ser aplicada na manutenção e no desenvolvimento do ensino pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme o artigo 212, foram fixados em 18% e 25%, respectivamente. No caso da União, portanto, o índice ficou 5% acima daquele reivindicado pelo Fórum da Educação da Constituinte, que foi de 13%.

Contrariamente à proposta do Fórum, porém, as verbas públicas não serão destinadas exclusivamente às escolas públicas: conforme o artigo 213, os recursos públicos poderão ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, desde que comprovem finalidade não-lucrativa, apliquem seus excedentes em educação, e destinem seu patrimônio a outra escola ou ao Poder Público, em caso de encerramento de suas atividades.

A Constituição em seu artigo 214, remete à lei complementar a formulação do Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;*
- II - universalização do atendimento escolar;*
- III - melhoria da qualidade de ensino;*
- IV - formação para o trabalho;*
- V - Promoção humanística, científica e tecnológica do País.*

Em síntese, o Plano Nacional de Educação tem como objetivos:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto

pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade, à dos países desenvolvidos precisa ser construída constante e progressivamente, são estabelecidas prioridades neste plano, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais.

1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino. Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino para que todas obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna. O processo pedagógico deverá ser adequado às necessidades dos alunos e corresponder a um ensino socialmente significativo. Prioridade de tempo integral para as crianças das camadas sociais mais necessitadas.

2. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres.

3. Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior. Está prevista a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de seis anos de idade, quer na educação infantil, quer no ensino fundamental, e a gradual extensão do acesso ao ensino

médio para todos os jovens que completam o nível anterior, como também para os jovens e adultos que não cursaram os níveis de ensino nas idades próprias. Para as demais séries e para os outros níveis, são definidas metas de ampliação dos percentuais de atendimento da respectiva faixa etária. A ampliação do atendimento, neste plano, significa maior acesso, ou seja, garantia crescente de vagas e, simultaneamente, oportunidade de formação que corresponda às necessidades das diferentes faixas etárias, assim como, nos níveis mais elevados, às necessidades da sociedade, no que se refere a lideranças científicas e tecnológicas, artísticas e culturais, políticas e intelectuais, empresariais e sindicais, além das demandas do mercado de trabalho. Faz parte dessa prioridade a garantia de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica, que conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

4. Valorização dos profissionais da educação. Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério.

5. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.

Mais do que palavras louváveis e bonitas, precisamos de ação concreta dos poderes públicos em cumprimento a suas obrigações constitucionais. E, tenhamos certeza, tal cumprimento será diretamente proporcional ao grau de consciência, de organização e de cobrança da população acerca dos seus direitos fundamentais entre os quais está, sem dúvida, o direito à educação.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) reforça a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, deixando uma lacuna em relação ao Ensino Médio. Posteriormente, a Emenda Constitucional 014/96 procurou reparar esta situação, garantindo a progressiva universalização do ensino médio gratuito. Segundo Saviani, no entanto, o maior objetivo da Emenda foi cumprido à medida que redefiniu o papel do MEC,

[...] que ocupava uma posição lateral na questão relativa ao ensino fundamental, de modo a colocá-lo no centro da formulação, avaliação e controle das políticas voltadas para esse nível de ensino. Como o coração do exercício da prática política consiste na capacidade de alocação e administração de recursos, a questão central, aí, residia na criação do Fundo, o que se vislumbrou viável pela alteração do art. 60 das Disposições Transitórias. Saviani, (2000:35).

Numa visão geral a nova LDB é promulgada e reafirma a condição de uma educação tecnicista, visando a formação profissional em detrimento da formação humanística, um ensino voltado para um mercado mais exigente em termos de qualidade dos seus profissionais, que a escola deve preparar. Ainda se adota a pedagogia de Saviani, agora com mais requinte. Prega-se então a Qualidade Total na Educação. Veja-se nos princípios e fins da Educação Nacional, artigo 3º, itens:

III - Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas

IX - Garantia de padrão de qualidade

XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Para a nova LDB 9394/96, a Educação básica é formada pela educação infantil, pelos ensinos fundamental e médio. O objetivo da educação básica é desenvolver o educando assegurando-lhe formação indispensável para exercer a cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A LDB sustenta que o ensino fundamental no Brasil tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidade e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.”

Aos estados e municípios cabe definir as formas de colaboração na oferta do ensino fundamental. Esta pode ser uma fonte de grandes benefícios, pois ações conjuntas podem ser tomadas para a recuperação do sistema educacional.

A nova LDB dá à escola uma grande autonomia em sua organização, incentivando os sistemas a desenvolverem projetos de aceleração de estudos para alunos com atraso na escola.

Os sistemas poderão organizar as modalidades de ensino em séries anuais, semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados com base na idade, competência e outros critérios, sempre que se fizer necessário, visando o interesse do processo de aprendizagem, assim, os calendários poderão ser adequados às peculiaridades locais.

A educação básica tem por finalidade, segundo o artigo 22 da LDB, "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". Esta última finalidade deve ser desenvolvida precipuamente pelo ensino médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas incluem-se "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando".

A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o níveis de concretização curricular. São uma referência nacional para o ensino fundamental. Estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são recursos para adaptações ou elaborações curriculares realizadas pelas Secretarias de Educação, em um processo definido pelos responsáveis em cada local Estados e Municípios. A elaboração da proposta curricular de cada instituição escolar deve ser contextualizada na discussão de seu projeto educativo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e as propostas das Secretarias devem ser vistos como materiais que subsidiarão a escola na constituição de sua proposta educacional. Existirá o momento da realização da programação das atividades de ensino e aprendizagem na sala de aula. É quando o professor, segundo as metas estabelecidas na fase de concretização anterior, faz sua programação, adequando-a àquele grupo específico de alunos.

A apresentação dos Temas Transversais e Ética são um conjunto de temas que propõem (Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual) indicam a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático.

Os PCNs baseiam-se na Constituição Federal (1988) e propõem uma educação voltada para a plena cidadania. Elegem os seguintes princípios para a educação escolar: a) dignidade da pessoa humana; b) igualdade de direitos; c) participação; d) co-responsabilidade para a vida social. Com essa concepção de educação, a escola deveria corresponder a demandas de cidadania. Privilegiando a autonomia dos alunos, deveria torná-los capazes de refletir sobre a sociedade vigente e toda problemática nela existente, com base em um fundamento ético. Esses fundamentos são pertinentes, pois os fatores sociais acabam influenciando na educação. Conforme cita Gilly:

o interesse essencial da noção da representação social para a compreensão dos fatos de educação consiste no fato de que orienta a atenção para o papel de conjuntos organizados de significações sociais no processo educativo. *Gilly, (2001: 321).*

No currículo o conhecimento e a educação vêm adquirindo relevância no discurso de diferentes segmentos da sociedade atual, no Brasil e no mundo,

enfocando o significado social, cultural, político e econômico que têm nas mudanças do cenário mundial, trazendo novas exigências na formação dos profissionais de diferentes áreas. Diante disto, o ponto convergente da discussão curricular que toma o desenvolvimento de competências como referência é a crítica à partilha disciplinar do conhecimento e a defesa de um currículo que ressalte a experiência concreta dos sujeitos como situações significativas de aprendizagem. Os argumentos utilizados em defesa das competências constroem-se, assim, com base em razões predominantemente psicológicas, sustentando princípios curriculares tais como *integração, globalização, interdisciplinaridade*. Segundo Coll, fazer um currículo pressupõe traduzir princípios ideológicos, políticos, econômicos e pedagógicos em normas de ação, prescrições educativas na forma de um instrumento que guie e oriente a prática pedagógica cotidiana. As atividades educativas escolares respondem a uma finalidade intencional e necessitam de um plano de ação determinado. Assim, tais atividades educativas escolares estão a serviço de um projeto educativo. Como, na perspectiva do autor, o currículo tem como função principal a de explicitar o projeto educativo e servir de guia para a concretização deste, não deve limitar-se a enunciar de modo genérico as intenções educativas, pois, ao estar completamente desvinculado da prática concreta das salas de aula, corre o risco de não ter nenhuma utilidade para os professores. Por outro lado, o currículo não pode suplantiar a iniciativa e a responsabilidade dos professores, se elaborado por órgãos desvinculados da realidade imediata das escolas, constituindo-se num plano previamente estabelecido nos seus mínimos detalhes; o que tornaria os professores em meros executores do currículo. É a partir destes dois eixos que Coll vai estabelecer a sua concepção de currículo aberto. Cesar Coll, afirma que o currículo é:

o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução. Para isso, o currículo proporciona informações concretas sobre que ensinar, quando ensinar, como ensinar e que, como e quando avaliar. Coll, (1996: 44).

2.4 - A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A visão de Vygotsky (1993) busca uma síntese que integra, em uma mesma perspectiva, o homem enquanto corpo e mente, enquanto ser biológico e social, enquanto membro da espécie humana e participante de um processo histórico. O processo de aquisição do conhecimento, segundo as proposições teóricas incluem as representações mentais, funções psicológicas superiores tipicamente humanas. Aborda também outras questões na mesma direção, tais como: a mediação, a linguagem, as imagens visuais e a importância de desenvolvimento biológico e social do ser humano. Trata-se de uma complexa trama conceitual implícita no processo de construção do conhecimento. De acordo com Vygotsky, a aprendizagem ocorre a partir de um intenso processo de interação social, através do qual o indivíduo vai internalizando os instrumentos culturais. Dessa maneira, pode-se supor que as experiências vivenciadas com outras pessoas é que vão determinar a qualidade do objeto internalizado e que tais experiências acumuladas, constituindo a história de vida de cada um, é que vão possibilitar a ressignificação individual do produto internalizado. Por isso, os processos de significação estão diretamente ligados às interações sociais, ou seja, à mediação feita pelo outro. Portanto, a ação de conhecer é obra da atuação do elemento mediador.

Para a construção de conhecimentos pelo aluno, deve dar atenção especial a complexidade do contexto, que envolve as múltiplas influências sociais presentes nas relações do aluno na escola, enfim, para a complexidade da própria mediação escolar e das relações com o outro. É fundamental para a construção do conhecimento a interação social, por meio da qual se podem conhecer os diferentes significados e informações dos objetos de conhecimento. Essa mediação, ressaltando-se aí o papel da linguagem, é fundamental para o desenvolvimento do pensamento, dos processos intelectuais superiores, nos quais se encontra a capacidade de formação de conceitos. Conforme Vygotsky:

A formação de conceitos é o resultado de uma atividade complexa em que todas as funções intelectuais básicas tomam parte. No entanto, o processo não pode ser reduzido à associação, à atenção, à formação de imagens, à inferência ou às tendências determinantes. Todas são indispensáveis, porém insuficientes sem o uso do signo, ou palavra, como o meio pelo qual conduzimos as nossas operações mentais, controlamos o seu curso e as canalizamos em direção à solução do problema que enfrentamos Vygotsky, (1993: 50).

O 'construtivismo' em sua nova dimensão, valoriza os papéis respectivos do aluno e do professor na construção progressiva de significados, compartilhada na aprendizagem e no ensino. Privilegiando as duas dimensões sociais da didática - ensino e aprendizagem; professor e aluno; forma e conteúdo. A aprendizagem espontânea seja por um mergulho natural ou por progressão construtiva interna da criança, pode se dar mediante as diferenças que existem entre a educação formal, intencional, orientada por metas, com conteúdos programáticos, e a educação funcional, difusa, que se realiza fora da escola, sem por isso desconsiderar as relações que existem entre ambas. E isso vem a apresentar que algumas das dificuldades na construção do conhecimento da criança se dão por conta de uma educação escolar que transmite os saberes constituídos e legitimados socialmente, contrariando aquela educação que assegura condições ótimas para o aluno desenvolver suas capacidades cognitivas, afetivas, sociais e de aprendizagem.

Nunca é demais mostrar a importância do desenvolvimento da autonomia do aluno, em relação à sua própria aprendizagem, no sentido que César Coll chama de plena "perspectiva construtivista". Assim, o pensamento, o desenvolvimento mental, a capacidade de conhecer o mundo e de nele atuar é uma construção social que depende das relações que o homem estabelece com o meio. Coll afirma que:

Numa perspectiva construtivista, a finalidade última da intervenção pedagógica é contribuir para que o aluno desenvolva a capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo numa ampla gama de situações e circunstâncias, que o aluno "aprenda a aprender". (COLL, 1994, p. 137).

O valor da aprendizagem escolar está na possibilidade de ajudar os alunos a atribuírem significados pessoais à cultura e à ciência, através de mediações cognitivas e interacionais providas pelo professor no processo de ensino-aprendizagem. O grau de individualidade da aprendizagem é determinado pelo envolvimento de sentimentos, emoções, valores familiares e culturais trazidos pelos alunos e que interferem no significado do aprendido. A aprendizagem ocorre quando a nova informação ancora-se em conceitos relevantes preexistentes (subsunçores), interagindo na estrutura cognitiva de quem aprende. Coll afirma:

O aluno aprende um conteúdo qualquer -um conceito, uma explicação de um fenômeno físico ou social, um procedimento para resolver determinado tipo de problemas, uma norma de comportamento, um valor a respeitar, etc - quando é capaz de atribuir-lhe um significado. Coll, (1994:148)

Através da interação social, existirá mudanças comportamentais tanto docente quanto discente, porque produto disto será novos significados de conteúdos na construção do conhecimento .Somente a aprendizagem que tem para o aluno um valor funcional, uma utilidade é capaz de gerar novos significados. O desenvolvimento pode ser considerado um processo através do qual as pessoas, a partir das estruturas disponíveis em cada momento, se apropriam da cultura do grupo social dentro do qual estão imersas. Daí a aprendizagem vem como um processo de construção individual por meio do qual se faz uma interpretação pessoal e única da tal cultura. Desde esta perspectiva, os processos de aprendizagem não são uma mera associação de estímulos e respostas ou de acumulação de conhecimentos gerando as interações sociais estabelecidas entre o indivíduo e os diferentes agentes que atuam como mediadores da cultura. Então uma mesma tarefa apresentada a alunos com intenções e enfoques diferentes resultará em aprendizagens significativamente distintas de um aluno para outro. Segundo Wittrock apud Coll (1994:152):

existem outros aspectos ou processos psicológicos que agem como mediadores entre o ensino e os resultados da aprendizagem : a percepção que o aluno tem da escola, do professor e das suas atuações; as suas expectativas perante o ensino; as suas motivações, crenças, atitudes e atribuições; as

estratégias de aprendizagem que é capaz de utilizar, etc. Definitivamente, tudo parece indicar que o aluno constrói significações ao mesmo tempo que atribui um sentido ao que aprende, de tal maneira que as significações que finalmente constrói a partir do que lhe é ensinado não dependem, só dos conhecimentos prévios que possua e do seu colocar em relação com o novo material de aprendizagem, mas também do sentido que se atribui a este e à própria atividade de aprendizagem Coll, (1994: 152)

O professor deve estar atento em fazer um rascunho ou desenhar e organizar experiências educativas utilizando o princípio da centralidade do estudante como sujeito ativo da aprendizagem. O educador atua como mediador entre o aluno e os conteúdos que este precisa aprender, ajustando o apoio pedagógico ao processo de cada um. Neste ponto, o ensino não é um conjunto de formas pré estabelecidas que se pode aplicar a todos os alunos e situações uniformemente; pelo contrário, é uma atividade dinâmica, flexível dentro do qual intervêm múltiplos fatores que impedem prever de antemão o que vai acontecer nas aulas. Este fato obriga o professor a refletir e revisar constantemente a sua prática pedagógica para identificar os fatores estratégicos a serem utilizados para promover a aprendizagem significativa de todos os alunos.

2.5 - MEDIAÇÃO

O entendimento do ato educativo leva a um saber dentro das relações sociais. O ensinar e o aprender estão totalmente ligados ao relacionamento professor – aluno, sendo num contexto de relações humanas, portanto, que a aprendizagem se evidencia no aluno. E o professor como mediador desse processo se pauta por uma ação transformadora de sua prática pedagógica para proporcionar ao educando condições de se desenvolver intelectualmente, formando uma consciência crítica na condição de agente ativo na transformação das relações sociais. Existe uma multiplicidade de possibilidades de realização da mediação do conhecimento, porém, trabalhando estritamente no contexto escolar, o professor muitas vezes não se apropria de objetos culturalmente constituídos para servirem de formas de transporte de conceitos espontâneos alternativos, assim como de resgate do pensamento intuitivo e criativo como fonte da produção do saber. A incorporação cultural pelo

educador do significado do conhecimento, ou seja, o processo de educação pelo qual o próprio professor passou ao longo de sua formação inicial e continuada, implicou por muito tempo a exclusão do processo de aprendizagem escolar de objetos como o corpo, os jogos, utensílios domésticos, artesanais e tecnológicos.

“O aprender é processo de significação subjetiva do ser, ou seja, necessita ser exercido com liberdade, e não por imposição, pela simples razão de que numa relação dialógica entre sujeitos sempre ocorrerão trocas – o processo contínuo de reconhecer o outro” Freitas, (2002: 04).

Aceitar este processo é possibilitar ao aluno a construção do conhecimento e a aprendizagem significativa, oportunizando trocas democráticas e não por imposições sociais ou pessoais. As práticas tradicionais consideram o processo ensino – aprendizagem como um meio de transmissão mecânica do conhecimento, onde o aluno é uma folha em branco, em que o professor registra as informações transmitidas. Ainda hoje vemos no sistema educacional, os educadores ainda possuem uma visão conservadora do processo ensino – aprendizagem, que os colocam como únicos detentores do conhecimento, enquanto o aluno é apenas um receptor de saberes. A consequência disso é que a postura adotada pelo professor que atuando conforme uma tendência tradicional de ensino, tendo o aluno como um receptor de informações acabadas, é inevitável um relacionamento entre professor e aluno, onde ambos fazem parte do processo de ensino – aprendizagem.

Sabe-se que a aprendizagem é um processo complexo e para que se realize de fato é necessário que aconteça uma relação especial. Ensinar e aprender passa por uma relação mútua. Tal relação;

“Revela-se pelo conjunto de atividades organizadas do professor e dos alunos, objetivando a apropriação de um saber historicamente acumulado, tendo como ponto de partida o nível atual de conhecimentos, experiências de vida e maturidade dos alunos. Antes de tudo essa relação é de socialização, de troca de conhecimentos aprendidos e transformados na interação. É uma relação dinâmica, dialógica, portanto, construtiva da aprendizagem pela troca de saberes” (ROBSON, 1999, p. 06, Apud, Libâneo, 1998).

A relação professor aluno pode encaminhar o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno de maneira positiva ou negativa, sendo o professor o responsável e o principal mediador para que isso aconteça.

A ação de educar ou encaminhar alguém para o seu percurso na sua aprendizagem deve obrigatoriamente, estar claro nas diferenças e numa relação dialógica. Assim sendo, percebe-se que o dinamismo no processo ensino – aprendizagem é diferente às idéias conservadoras que citam o saber como sendo a exclusividade do educador, uma vez que ele é o detentor do saber, nessa forma autoritária de conduzir a ação pedagógica.

O professor tem um papel mediador um elo entre o conhecimento e o aluno. O processo de ensinar e aprender, visto como unidade, parece, de fato, constituir um desafio à permanência da mesmice no ensino. A função instrumental do professor como mediador do conhecimento é de ajudar o aluno a compreender e entender o que se deve realizar. Cabe-lhe permitir que o aluno revele-se por si, mostre-se naquilo que pede como ajuda. Seu papel desdobra-se em muitas funções que devem ser descobertas e assumidas conforme o fluxo do desenvolvimento do aluno. E o professor é o organizador do ambiente social que é o fator educativo por excelência. É por isso que ele enfatiza a posição do aluno como aquele que dirige o seu próprio processo de aprendizagem. Assumir-se como professor requer a clareza de muitos aspectos que constituem da missão a ser realizada, pois é na sala de aula onde encontramos o espaço adequado para propiciar a construção cotidiana, onde educadores e alunos interagem mediados pelo conhecimento. A sala de aula se torna o ambiente apropriado para revelar os acertos e os conflitos, as negociações e as resistências. O espaço é o ambiente desafiador e instigante que leva a um relacionamento mais humano. É preciso ter metas e objetivos, saber sobre o que se vai ensinar, mas não se pode perder de vista, um segundo sequer, para quem se está ensinando e é disso que decorre o como realizar. Integrar tudo inclui dar conta de diversas facetas do processo ensino-aprendizagem, ou seja, a do aluno concreto, real, a do conhecimento, a das estratégias de ensino, e a do contexto cultural e histórico em que se situam. Isso exige compromisso e responsabilidade com o aluno, o que permite avançar na exigência da compreensão da pessoa no processo de

ensinar e aprender. O professor que crê nas potencialidades e no desenvolvimento do aluno, que está preocupado com seu nível de satisfação, exerce práticas de sala de aula de acordo com a posição de mediador.

O educador ao assumir essa postura tem que ser um agente do diálogo nas interações, tornando-se um contribuinte para a ação pedagógica encaminhando o aluno para se apropriar dos conhecimentos e que eles “tenham a consciência de que cada momento do ensinar e aprender é importante para se adquirir o saber sistematizado, historicamente acumulado” (ROBSON, 1999, p.07).

O professor mediador deixa de ser apenas um transmissor do conhecimento, ele passa a caminhar junto e ao lado da criança na decodificação de cada informação do mundo e passa também a ensinar os meios para a criança se apropriar de todo aquele banquete de conteúdos. Nessa relação com o conhecimento, está provado que o acesso aos livros, ou às outras fontes de informação, não é suficiente. É preciso o professor mergulhar junto nesse caminho e, nesse mergulho, trazer as crianças com ele. Alunos e professores simultaneamente constroem conhecimentos e trocam experiências e ensinamentos. Nesse contexto, o professor é muito mais um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito de sua própria formação. O aluno precisa construir e reconstruir conhecimento a partir do que faz. Para isso o professor também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. Ele deixará de ser um *transmissor* para ser um *organizador* do conhecimento e da aprendizagem. O professor se tornou um aprendiz permanente, um construtor de sentidos, um cooperador, e, sobretudo, um organizador da aprendizagem. Portanto, sabendo que os professores e os alunos possuem seus papéis definidos, é nítido que o educador é o responsável pela organização da situação de ensino-aprendizagem e o aluno é o centro do processo, onde ele deve vivenciá-lo, inserido numa prática democrática. Com isso para que aprendizagem aconteça integralmente através de uma relação dialógica é preciso que se quebrem vários paradigmas e imaginários coletivos sobre a relação professor – aluno. E isso poderá acontecer se os educadores tiverem compreendido a verdadeira missão de ser docente. “Seria

compreender definitivamente que devemos, incondicionalmente, estabelecer relações dialógicas”(Freitas, 2002, p. 30).

2.6 - FATORES DE APRENDIZAGEM

Num passado ainda próximo, crianças com dificuldade de aprendizagem, geralmente eram encaminhada para classes ou escolas especiais que ofereciam um ensino diferenciado. Não existia a noção que por trás do seu fraco desempenho existe um processo de desmotivação por parte da criança, tendo em vista ser necessário um novo processo de adaptação a uma nova estrutura educacional, a novas relações humanas com os colegas, enfim, a todo um retrocesso do intuito de sanar a dificuldades apresentadas pelo aluno. Com isso, acabava por tornar-se estigmatizada ou rotulada e fazer parte de um segmento social marginalizado, onde as oportunidades de ampliação de suas potencialidades eram reduzidíssimas. Apenas com a chancela do médico, na maioria das vezes, a criança com dificuldade de aprendizagem passava a ser considerada, por muitas pessoas, como um ser incapaz de criar e produzir conhecimento. Segundo FINLAN apud GUERRA , (2002, p. 12-13):

O rótulo é um fato da vida não importando que pensemos ser ele bom ou mau. Como não o podemos impedi-lo, o fundamental é reconhecer que o rótulo inconscientemente pode moldar a pessoa que é rotulada. O rótulo é o resultado de um julgamento e produz reação social, seja o julgamento correto ou não, seus efeitos produzem profundas reações sociais. No caso de criança com dificuldade de aprendizagem os rótulos podem consistir de adjetivos como “retardada”, “perturbada” e “incapaz”. Ao rotularmos deixamos de lado o incomum. 12 – 13

Algumas crianças não são deficientes, não são incapazes, mas ao mesmo tempo apresentam dificuldade de aprender . Então os fatores que interferem na aprendizagem não devem ser confundidos com dificuldades de aprendizagem. Por definição

Desordens de aprendizagem é uma tremo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestado por significativas dificuldades na aquisição e utilização das habilidades de audição, fala, leitura, raciocínio e matemática. Estas desordens são intrsecas ao indivíduo e supostamente devidas à disfunção do sistema nervoso central, podendo ocorrer durante toda a vida. Podem existir, junto com as

desordens de aprendizagem, problemas nas condutas de auto-regulação, percepção social e interação social. GUERRA, (2002, p. 04).

A criança sente – se mal por não conseguir atingir as expectativas de seus pais, e professores, sente-se um fracasso.

Segundo Guerra:

Chamar a criança de “preguiçosa” é uma maneira fácil de descrever o que pensamos sobre seu comportamento em uma determinada circunstancia, no entanto provavelmente esta criança já se comportou de maneira bem distinta ou muitas outras ocasiões. Ao chamarmos uma criança de preguiçosa, podemos estar contribuindo para criar uma criança preguiçosa, GUERRA (2002, p. 13)

No momento que professores demonstrem uma reflexão psicopedagógica é mais fácil analisar o porquê do seu aluno não aprender e quais os fatores que levam o aluno a ter dificuldades no processo de aprendizagem. Muitas das vezes os mesmos tendem a procurar um culpado para isso tudo, e o maior crucificado é o meio familiar em que o aluno vive por sua postura e comportamento. Sempre há uma desculpa dos fatores que levam o aluno a ter dificuldades. Preguiça, lentidão ou apenas falta de atenção ou de interesse são algumas delas, que muitas das vezes são usadas pelos educadores como forma de tirar de suas costas a responsabilidade, no entanto, essas desculpas tendem a contribuir para o agravamento dessas dificuldades, deixando o aluno cada vez mais desmotivado a apreender.

A Psicopedagogia enquanto produção de conhecimento científico, nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem.

Diversos autores tratam da Psicopedagogia em seu caráter interdisciplinar. Admitir a interdisciplinaridade significa aceitar sua especificidade enquanto área de estudos, uma vez que, buscando conhecimentos em outros campos, cria o seu próprio objeto, condição essencial da interdisciplinaridade.

Segundo NEVES (1991, P.10):

Falar sobre Psicopedagogia é, necessariamente, falar sobre a articulação entre educação e psicologia, articulação essa que desafia estudiosos e práticos dessas duas áreas. Embora

quase sempre presente no relato de inúmeros trabalhos científicos que tratam principalmente dos problemas ligados à aprendizagem, o termo Psicopedagogia não consegue adquirir clareza na sua dimensão conceitual

A Psicopedagogia não é sinônimo de Psicologia Escolar ou Psicologia Educacional. É uma área recente, resultante da articulação de conhecimentos dessas e de outras disciplinas, apontando com novos caminhos para a solução de problemas de aprendizagem cujo profissional, o psicopedagogo ocupa-se desta tarefa.

O objeto de estudo da Psicopedagogia deve ser entendido a partir de dois enfoques Preventivo e terapêutico.

O enfoque preventivo considera o objeto de estudo da Psicopedagogia o ser humano em desenvolvimento. Seu objeto de estudo é a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos. Focaliza possibilidades de aprender, num amplo sentido. Não deve se restringir somente a escola, mas ir também a família e a comunidade.

O enfoque terapêutico considera o objeto de estudo da Psicopedagogia a identificação, análise elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem.

Para RUBINSTEIN, (1992, P. 103):

Num primeiro momento a Psicopedagogia esteve voltada para a busca e o desenvolvimento de metodologias que melhor atendessem aos portadores de dificuldades, tendo como objetivo fazer a reeducação ou a remediação e desta forma promover o desaparecimento do sintoma. É ainda, a partir do momento e que o foco de atenção passa a ser a compreensão do processo de aprendizagem e a relação que o aprendiz estabelece com a mesma, o objeto da Psicopedagogia passa a ser a compreensão do processo da aprendizagem e a relação que o aprendiz estabelece com a mesma, o objeto da Psicopedagogia passa a ser mais abrangente: a metodologia é apenas um aspecto no processo terapêutico, e o principal objetivo é a investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm neste processo.

A dificuldade de aprendizagem é um tema que deve ser estudado levando-se em conta todos os fatores que interferem em todas as esferas que o indivíduo participa (família, escola, sociedade, etc...) Sabe-se que nunca há uma causa única para o fracasso escolar e que também um aluno com dificuldade de aprendizagem não é um aluno que tem deficiência mental ou distúrbios relativos, na verdade, existem aspectos fundamentais que precisam ser trabalhados para obter-se um melhor rendimento em todos os níveis de aprendizagem e conhecimento. Quando falamos de aprendizagem e conhecimento não estamos nos referindo somente a conteúdos disciplinares, mas também a conhecimento e desenvolvimento vital que são tão importantes quanto.

Para que a prática pedagógica resulte numa intervenção de que de resultados, faz-se necessário que o profissional assuma a atitude de observador e analista de uma situação concreta, mas com um grau de profundidade para com a mesma. Isto quer dizer que, ao analisar e observar questões relativas a problemas de aprendizagem, não se pode estar interessados apenas em perceber qual é o melhor método de ensino.

É necessário, antes de tudo, que este profissional leve em consideração os sujeitos da aprendizagem, que os conheça, que possa perceber seus contextos, o que eles esperam, o que eles sentem, e como se posicionam diante da vida e de suas vidas.

3.0 METODOLOGIA

A aprendizagem está ligada a um processo de mudança, conseqüentemente pode ser incluída na categoria de construção do conhecimento não só conhecimentos e habilidades, mas também preferências, preconceitos, relações afetivas. A aprendizagem constitui um aspecto central, pois a escola está interessada tanto em compreender como as pessoas aprendem quanto na qualidade dessa aprendizagem. Sendo assim, propôs-se uma pesquisa sobre o referido tema.

Esta pesquisa teve como cenário uma Escola Classe situada no Riacho Fundo II sendo parte da Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante. Os sujeitos da pesquisa foram: o diretor, o coordenador(a) pedagógico, a professora regente e um aluno.

Por meio do método de investigação escolheu –se a pesquisa qualitativa que segundo Bogdan e Biklen (1982), *envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.*

Esse tipo de pesquisa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Supõe o contato direto do pesquisador com ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra, através do trabalho intensivo de campo. Visa também refletir posições frente à realidade, momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados.

A avaliação qualitativa propõe, portanto, uma metodologia de pesquisa adequada aos objetivos propostos nesse estudo.

Os instrumentos da pesquisa qualitativa foram à análise documental, a observação participante, a entrevista semi – estruturada.

Segundo Caulley (1981), *“a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses”* (apud LUDKE e ANDRÊ, 1986, p. 38). No entanto, as mesmas autoras advertem que *“a escolha dos documentos não é aleatória. Há geralmente alguns propósitos, idéias ou hipóteses guiando a seleção”* (ibidem).

A observação participante, segundo Denzin (1978), *“é uma estratégia de campo que combina simultaneamente a análise documental, a entrevista de respondentes e informantes, a participação, a observação direta e a introspecção* (p. 183)” (apud LUDKE e ANDRÊ, 1986, p. 28). Assim, *“é uma estratégia que envolve, pois, não só a observação direta mas todo um conjunto de técnicas metodológicas pressupondo um grande envolvimento do pesquisador na situação estudada”* (ibidem).

Na entrevista semi – estruturada , *“a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influencia recíproca entre quem pergunta quem responde. Especialmente nas entrevistas não são totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ela detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista”* (LUDKE e ANDRÊ, 1986, p. 33-34).

A realização da análise documental foi feita mediante um roteiro predeterminado, conforme (Apêndice A). As observações foram feitas mediante um roteiro predeterminado, conforme (Apêndice A). As observações foram realizadas em momentos distintos, perfazendo um total de cinco dias letivos, sendo realizadas por meio dos objetivos propostos, do tema e do problema, de acordo com o roteiro (Apêndice B). As entrevistas semi - estruturadas tiveram como participantes o diretor, a coordenadora pedagógica e a professora regente, sendo realizada por data previamente definida, utilizando-se dos roteiros estruturados conforme Apêndices C, D e E.

A presente pesquisa foi realizada durante o período de fevereiro a junho do ano corrente e se estabeleceu em fases diferentes. Teve início a primeira fase

com o estudo do manual, leituras e fichamentos para posterior elaboração do referencial teórico, então, deu-se início a elaboração do projeto (delimitação do tema, problema, objetivos e justificativa) e a metodologia. A fase seguinte foi dedicada a elaboração do projeto, simultaneamente, elencou-se as categorias para fim de análise de dados. Na terceira fase, elaborou-se os instrumentos de pesquisa e deu-se continuidade a elaboração do referencial teórico. Na quarta fase dedicou-se a aplicação dos instrumentos de pesquisa, bem como a coleta e levantamento dos dados. Na última etapa realizou-se a análise e discussão dos dados coletados, as considerações finais e elaborou-se a monografia.

4.0 ANÁLISE DE DADOS

A referida pesquisa foi aplicada no Distrito Federal, para que os sujeitos sejam mantidos em sigilo decidiu-se nomeá-los usando os seguintes nomes fictícios a escola “X”, o diretor “B” a professora regente “P” e o aluno “Z”.

A Escola “X” pertence à Secretaria de Educação do Distrito Federal fazendo parte da DRE do Núcleo Bandeirante, que é uma Regional atípica em razão da peculiaridade de atender várias Regiões Administrativas, além do Núcleo Bandeirante, a Candangolândia, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II e Park Way, perfazendo um total de 28 escolas e um anexo (IDHAB). Além dessas particularidades, temos uma escola completamente fora de nossos domínios - Escola Classe Jardim Botânico - no Jardim Botânico. A Escola “X” atende alunos de ensino fundamental anos iniciais e ensino fundamental de 5ª a 8ª série.

A Escola “X” possui uma estrutura física com nove salas de aula, duas salas para serviços administrativos (secretaria e direção), uma sala de professores, um pequeno pátio para recreação dois banheiros masculinos sendo um para os alunos e um para os professores, dois banheiros femininos sendo um desses banheiros para as alunos e o outro para as professoras, atividades extra classe dos alunos e depósitos para materiais pedagógicos materiais de manutenção. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: análise documental, observação participante e entrevista semi-estruturada.

Os resultados da pesquisa evidenciam-se mediante as seguintes categorias: construção do conhecimento, mediação e fatores de aprendizagem que estão assim definidos:

Conforme Vygotsky a construção do conhecimento está ligada:

A formação de conceitos é o resultado de uma atividade complexa em que todas as funções intelectuais básicas tomam parte. No entanto, o processo não pode ser reduzido à associação, à atenção, à formação de imagens, à inferência ou às tendências determinantes. Todas são indispensáveis, porém insuficientes sem o uso do signo, ou palavra, como o meio pelo qual conduzimos as nossas operações mentais, controlamos o

seu curso e as canalizamos em direção à solução do problema que enfrentamos Vygotsky, (1993: 50).

A mediação tem forte ligação entre o processo de desenvolvimento e a relação do indivíduo com seu ambiente:

Mediação, em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação: a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento OLIVEIRA (1995: 26).

Os fatores que interferem de aprendizagem podem ser entendidos assim:

Desordens de aprendizagem é uma termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestado por significativas dificuldades na aquisição e utilização das habilidades de audição, fala, leitura, raciocínio e matemática. Estas desordens são intrínsecas ao indivíduo e supostamente devidas à disfunção do sistema nervoso central, podendo ocorrer durante toda a vida. Podem existir, junto com as desordens de aprendizagem, problemas nas condutas de auto-regulação, percepção social e interação social GUERRA (2002, p. 04).

CATEGORIA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Nesta categoria, na análise documental procurou-se verificar o processo de construção de conhecimento implica favorecer o desenvolvimento do aluno, orientá-lo nas tarefas, oferecer-lhe novas leituras ou explicações, sugerir-lhe investigações, proporcionar-lhe vivências enriquecedoras e favorecedoras à sua ampliação do saber. Segundo O P.P.P da escola esta categoria está contemplada, pois o mesmo cita a importância de *auxiliar o aluno na busca de soluções para as dificuldades apresentadas no dia – dia, desenvolver atividades que levem os alunos à conscientização dos problemas do cotidiano, no intuito de melhor formar o aluno pra a sua socialização* (P.P.P Escola Classe Agrovila II 2006)

Segundo o caderno da professora esta categoria não está contemplada, pois o documento não apresenta um resultado da ação mental de planejar; o caderno não é

elaborado de acordo com a ementa e com o programa; representa a forma de o professor organizar o seu ensino de forma extremamente tradicional sem significado real na maioria dos trechos observados sendo imutável e não está fundamentado nos pressupostos que orientam a ação docente do professor; com o plano, a professora não dá vida à ementa e ao programa. Segundo o caderno do aluno a categoria citada não está contemplada, pois o documento não apresenta organização e poucas atividades realizadas em sala existe poucos conceitos básicos desenvolvidos no dia – dia escolar não gerando significado algum para o aluno “Z”.

Coll afirma:

O aluno aprende um conteúdo qualquer -um conceito, uma explicação de um fenômeno físico ou social, um procedimento para resolver determinado tipo de problemas, uma norma de comportamento, um valor a respeitar, etc - quando é capaz de atribuir-lhe um significado Coll, (1994:148).

Segundo O Projeto Esporte para todos da escola esta categoria esta contemplada, pois o mesmo cita que *por meio da prática de uma atividade física a criança aprende a lidar com a frustração, com a perda e o espírito de cooperação o aluno pra a sua socialização* (O Projeto Esporte para todos - Equipe da Escola Classe Agrovila II 2006).

Nas observações apesar de aparentemente os alunos da classe aprenderem os conteúdos a professora “P” não cria um ambiente de segurança pessoal em que a disciplina pode ter sentido, dar vida e real significado para os alunos. Nos dias que observamos percebemos a imutabilidade das aulas apresentando dificuldade em dar sentido, em transmitir a disciplina para o aluno “Z”. Percebemos também que a professora “P” apresentou dificuldade em dar sentido, em transmitir os conteúdos a esse aluno tendo até mesmo falta de paciência com o mesmo.

Coll afirma que:

Numa perspectiva construtivista, a finalidade última da intervenção pedagógica é contribuir para que o aluno desenvolva a capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo numa ampla gama de situações e

circunstâncias, que o aluno “aprenda a aprender” COLL, 1994, p. 137).

Por meio das entrevistas percebeu-se que a coordenadora da escola “X” quando questionada sobre a construção do conhecimento por parte do aluno diz que *“Eu acredito que seja através de aulas práticas, diversificadas e trocas de conhecimento que realmente gerem significados entre professor e aluno”*. De modo geral, a idéia de conhecimento liga-se à de significado; conhecer é cada vez mais, conhecer o significado. Assim, assinala e comenta DEWEY (1979, p 139) apud MACHADO (2000):

“Compreender é apreender a significação... Apreender a significação de uma coisa, de um acontecimento ou situação é ver a coisa em suas relações com outras coisas... Contrariamente, aquilo a que chamamos coisa bruta, a coisa sem sentido para nós, é algo cujas relações não foram apreendidas”.

Por meio de aulas diversificadas e que atendam as necessidades reais dos alunos os conteúdos irão proporcionar experiências educacionais que possam estar resolvendo os problemas sociais que fazem parte do dia - dia de cada estudante, mostrando que através da construção do saber o aluno pode mudar para melhor seu ambiente social, esta sim é a verdadeira tarefa complexa da escola.

A professora “P” não relata fatos sobre a construção do conhecimento em suas falas usando na maioria das vezes a pedagogia diretiva.

Em outro momento a coordenadora da escola “X” explica seu ponto de vista em relação à atitude do professor em relação aos conteúdos trabalhados em sala, segundo ela: *“o profissional de educação deverá buscar formas e meios de modificar conteúdos para que a criança se desenvolva com o meio que vive e nas suas varias interações sociais”*.

Embora Vygotsky enfatize o papel da intervenção no desenvolvimento, seu objetivo é trabalhar com a importância do meio cultural e das relações entre indivíduos na definição de um percurso de desenvolvimento da pessoa humana, e não propor uma pedagogia diretiva, autoritária Oliveira, (1997:63).

O papel da escola não é de estar formando ou preparando a juventude para determinada função perante a sociedade, como exemplo: se o indivíduo for trabalhar na fábrica a escola terá que prepará-lo para trabalhar na fábrica. Não é esse o papel da escola, não importa onde o indivíduo vai trabalhar ou executar determinada tarefa, a escola aqui, não é de estimular mudanças nas ocupações, mas sim a de acompanhar as mudanças que ocorrem como resultados de outras forças para ajudar os alunos a construir conhecimentos realmente significativos.

Segundo o diretor “B” sua concepção pedagógica está voltada para a prática construtivista quando ele diz: “Me vejo como um profissional que segue a linha pedagógica construtivista”.

A concepção construtivista da aprendizagem escolar situa a atividade mental construtiva do aluno na base dos processos de desenvolvimento pessoal que a educação escolar trata de promover. Mediante a realização de aprendizagens significativas, o aluno constrói, modifica, diversifica e coordena os seus esquemas, estabelecendo, deste modo, redes de significados que enriquecem o seu conhecimento do mundo físico e social e potenciam o seu crescimento pessoal COLL, (1994:137).

O construtivismo mostra a escola como uma mediadora do diálogo nas interações, tendo uma grande contribuição para a ação pedagógica encaminhando o aluno para se apropriar dos conhecimentos. Esperamos que as escolas preparem as crianças para as mudanças que ocorrem constantemente na sociedade e o mundo.

CATEGORIA MEDIAÇÃO

Por intermédio dos documentos procurou-se verificar que o ato de mediar está ligado a existência de algo que está em processo. O que está em processo é o pensamento que se movimenta da ação para a conceituação, de conceitos espontâneos para conceitos científicos; a mediação é o elo entre o aluno e a matéria, o que confirma o papel do professor, *seu papel é o de mediador de conhecimento*. Analisando o Projeto Político Pedagógico da Escola ‘X’ no seguinte trecho vemos que a categoria citada acima está contemplada na categoria mediação: *a equipe escolar apresenta sugestões conscientes dos problemas levantados, na certeza de*

que com o apoio de todos os segmentos haverá melhorias consideráveis para o aluno enquanto estudante e cidadão (P.P.P Escola Classe Agrovila II 2006).

“O aprender é processo de significação subjetiva do ser, ou seja, necessita ser exercido com liberdade, e não por imposição, pela simples razão de que numa relação dialógica entre sujeitos sempre ocorrerão trocas – o processo contínuo de reconhecer o outro” (Freitas, 2002: 04).

Contrariando diversas práticas tradicionais que consideram o processo ensino – aprendizagem como um meio de transmissão mecânica do conhecimento, onde o aluno é uma folha em branco, em que o professor registra e assimila as informações transmitidas pelo professor o P.P.P Escola Classe Agrovila II cita muito bem a importância da mediação como suporte no aprendizado do aluno.

O Caderno de Planejamento da Professora não está contemplado na categoria mediação porque não existe no seu caderno a previsão do trabalho docente e discente para o ato de mediar o ensino, o caderno não visa a organizar o os conteúdos de modo a promover a aprendizagem do aluno e o bom desempenho do professor segue apenas de forma premedita e inflexível. Não existe a elaboração de todo o conteúdo ao longo do mês com temas contextualizados.

O Projeto Esporte para todos contempla a categoria medição. No seguinte trecho vemos que a categoria citada acima esta de acordo: *realizar um conjunto de atividades físicas e de atendimentos de pequeno porte para os alunos da escola, ressaltando todas as possibilidades que o esporte oferece como ferramenta de interação e inclusão social.* (O Projeto Esporte para todos - Equipe da Escola Classe Agrovila II 2006). A aprendizagem é um processo complexo e para que se realize de fato é necessário que aconteça uma relação especial entre o ensinar e o aprender passa por uma relação mútua

“Revela-se pelo conjunto de atividades organizadas do professor e dos alunos, objetivando a apropriação de um saber

historicamente acumulado, tendo como ponto de partida o nível atual de conhecimentos, experiências de vida e maturidade dos alunos. Antes de tudo essa relação é de socialização, de troca de conhecimentos aprendidos e transformados na interação. É uma relação dinâmica, dialógica, portanto, construtiva da aprendizagem pela troca de saberes” (ROBSON, 1999, p. 06, Apud, Libâneo, 1998).

As aprendizagens na vida de um indivíduo não se resumem na execução de habilidades, mas também em competências. Existem atividades que exigem pensamento produtivo, tais como criatividade, compreensão crítica ou resolução de problemas, são exigências que estão presentes no dia-a-dia de qualquer pessoa. A escola deve preparar o educando para a vida.

No caderno do aluno a categoria não está contemplada, pois o documento não apresenta organização e poucas atividades realizadas em sala, e existem poucos conceitos básicos desenvolvidos no dia – dia.

Observamos que o aluno “Z” nas atividades apresenta dificuldade na leitura, na escrita e na interpretação de textos simples o que o desmotiva a continuar as atividades. Em muitas vezes não consegue reter o que é estudado.

São raros os momentos que o aluno “Z” participa ativamente das atividades expondo sua opinião. Quando isso aconteceu a professora não o elogiou muito gerando assim falta de interesse do mesmo em continuar. Em alguns momentos o aluno “Z” apresentou interesse e boa participação, esse momento foi na recreação dirigida, porém este fato não foi usado pedagogicamente pra estimular o aluno em sala. A professora “P” não assumia na maioria das vezes o papel de dialogar e se aproximar do aluno “Z”, o que é uma falha.

O educador ao assumir a postura de mediador tem que ser um agente do dialogo nas interações, tornando-se um contribuinte para a ação pedagógica encaminhando o aluno para se apropriar dos conhecimentos e que eles *“tenham a consciência de que cada momento do ensinar e aprender é importante para se adquirir o saber sistematizado, historicamente acumulado”* (ROBSON, 1999, p.07).

Nas entrevistas a professora “P” fala da importância do papel do professor: *“É difícil dizer se ser professor, na atualidade é mais complexo do que foi no passado, porque a profissão docente sempre foi muito complicada, eu costumo seguir formas mais tradicionais assim alcanço meus objetivos”*. Neste trecho percebemos que não existe qualquer tipo de medição por parte da professora “P”. Segundo Oliveira:

A criança não tem condições de percorrer, sozinha, o caminho do aprendizado. A intervenção de outras pessoas – que, no caso específico da escola, são o professor e as demais crianças – é fundamental para a promoção do desenvolvimento do indivíduo Oliveira, (1997:63).

A escola pode proporcionar as mais ricas experiências para a criança, porém não cobrirá todas as situações que o aluno enfrentará fora dela. Por isso, acredita-se que as abordagens cognitivas da aprendizagem sejam as que melhor se adaptem à situação de ensino, por serem as que mais proporcionam condições para o crescimento do aluno, tanto cognitiva como emocionalmente.

O diretor “B” trata a questão da mediação dos conteúdos citando que: *“Propondo para todos os que estão inseridos no processo de ensino – aprendizagem formas diferenciadas de ajudar o aluno no dia –dia e nas suas relações sociais e com o mundo visando seu desenvolvimento pleno obtendo sucesso na escola”*.

É interessante observar que, em situações informais de aprendizado, as crianças costumam utilizar as interações sociais como forma de privilegiada de acesso à informação: aprendem regras dos jogos, por exemplo, através dos outros e não como resultado de um empenho estritamente individual na solução de um problema. Qualquer modalidade de interação social, quando integrada num contexto realmente voltado pra a promoção do aprendizado e do desenvolvimento, poderia ser utilizada, portanto, de forma produtiva na situação escolar Oliveira, (1997:64).

A professora “P” cita que seu trabalho como educadora está voltado a momentos de transmissão de conhecimento: *“Gosto de trabalhar passando os conteúdos dos livros ou cartilhas organizando a aprendizagens de forma sistemática”*. Esta fala vem contrariar o que o construtivista espanhol César Coll cita:

A aprendizagem escolar não pode ser entendida nem explicada unicamente como o resultado de uma série de “encontros” felizes entre o aluno e o conteúdo da aprendizagem; é necessário, além disso, levar em conta as atuações do professor que, encarregado de planejar sistematicamente estes “encontros”, aparece como um verdadeiro *mediador e determina*, com as suas intervenções, que as tarefas de aprendizagem ofereçam uma maior ou menos margem para a atividade auto – estruturante do aluno COLL, (1994:103).

CATEGORIA FATORES DE APRENDIZAGEM

Nos documentos analisados existem um conjunto de fatores que podemos considerar importantes no processo de ensino e aprendizagem como a motivação, a auto estima do aluno e o envolvimento dos pais, entre outros, será que a qualidade do ensino será afetada? A paciência o encorajamento prestado pelo professor serão com certeza os impulsionadores do sucesso escolar do aluno, abrindo-lhe novas perspectivas para o futuro. O Projeto Político Pedagógico contempla a categoria acima no seguinte ponto: *pensar na escola como um lugar de convivência, de troca de experiências e emoções, um lugar em eu a imaginação e a criatividade são estimuladas, então estamos falando de algo que é imprescindível para a formação do ser humano* (P.P.P Escola Classe Agrovila II 2006). Em outro momento o Projeto Político Pedagógico cita *a necessidade da escola em sua vida prática, evitando assim a evasão e a repetência; avaliar o rendimento escolar mais qualitativo e continuamente* (P.P.P Escola Classe Agrovila II 2006).

Com essa realidade observou-se que

Durante as décadas de 70 e 80 a tônica da política educacional brasileira recaiu sobre a expansão das oportunidades de escolarização, havendo um aumento expressivo no acesso à escola básica. Todavia, os altos índices de repetência e evasão apontam problemas que evidenciam a grande insatisfação com o trabalho realizado pela escola, (PCN, 2001,19).

Nas observações verificou-se que em determinado momento a professora não apresentou atitudes privilegiadas que se destacassem a curiosidade do aluno, fatos que o desafiasse desafiar, apesar de realizar varias conversas fazer face com o

mesmo. Em algumas atividades por falta de interesse do aluno ela o chamava naquele momento de “preguiçoso”.

Segundo FINLAN apud GUERRA , (2002, p. 12-13):

O rótulo é um fato da vida não importando que pensemos ser ele bom ou mau. Como não o podemos impedi-lo, o fundamental é reconhecer que o rótulo inconscientemente pode moldar a pessoa que é rotulada. O rótulo é o resultado de um julgamento e produz reação social, seja o julgamento correto ou não, seus efeitos produzem profundas reações sociais. No caso de criança com dificuldade de aprendizagem os rótulos podem consistir de adjetivos como “retardada”, “perturbada” e “incapaz”. Ao rotularmos deixamos de lado o incomum.

A professora “P” fala da necessidade de levar em conta a realidade pessoal de seus alunos: *“é importantes nós professores tentar entender o que acontece com muitos alunos, muitos deles não tem material, vem pra escola sem almoçar, não tem apoio dos pais...”* porém não vimos isso acontecer na prática, pois a mesma, nos momentos que observamos, utiliza conteúdos segmentados sequenciais e de acordo com livros tradicionais e fora de contexto, ela transmite saberes formais e não observou com cuidado todo o contexto de sala em relação ao rendimento do aluno. Na maioria dos dias que observamos o aluno “Z” , ele não demonstrou interesse por quase nada. Eram raros os momentos que ele se interessava em fazer alguma coisa, alguma atividade, na maioria dos momentos estava conversando e atrapalhando o rendimento seu e dos colegas a sua volta. O aluno geralmente não se mostrou muito sociável e apresentou dificuldade em expor oralmente fatos para se defender ate mesmo de situações com os colegas, em algumas vezes partindo para a agressão. De um modo geral, a professora “P” tentava ajudar o aluno “Z” não posso julgar se era a forma correta. Em conversas com a professora ela afirmou que “eu não consigo identificar o que realmente compromete o desenvolvimento intelectual do aluno, não sei se ele é hiperativo, se tem déficit cognitivo se as dificuldades que o mesmo apresenta nas tarefas estão ligadas a problemas familiares se estão ligadas à linguagem ou se são todas juntas”. Um estudo sobre a Psicopedagogia poderia ajudar a professora “p” no entendimento e esclarecimento de diversas situações em sala com esse aluno

Para RUBINSTEIN, (1992, P. 103):

Num primeiro momento a Psicopedagogia esteve voltada para a busca e o desenvolvimento de metodologias que melhor atendessem aos portadores de dificuldades, tendo como objetivo fazer a reeducação ou a remediação e desta forma promover o desaparecimento do sintoma. É ainda, a partir do momento e que o foco de atenção passa a ser a compreensão do processo de aprendizagem e a relação que o aprendiz estabelece com a mesma, o objeto da Psicopedagogia passa a ser a compreensão do processo da aprendizagem e a relação que o aprendiz estabelece com a mesma, o objeto da Psicopedagogia passa a ser mais abrangente: a metodologia é apenas um aspecto no processo terapêutico, e o principal objetivo é a investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm neste processo.

Durante as entrevistas o diretor “B” fala em determinado momento sobre “a *inteligência do aluno que , diz respeito a capacidade de criar expectativas, esperanças, fatos, artefatos, princípios conceitos etc;*” Para ele deveriam convergir as atenções da maior parcela das atividades escolares afim de evitar fracasso escolar evasão e outros problemas. Segundo MACHADO, (2000, p. 71):

“Toda ação docente extrai sua consistência de uma articulação simbiótica com o discurso pedagógico, sendo o par ação/discurso tributário de uma concepção de conhecimento. Sem se discutir tal concepção, podem ser inócuas ações docentes que visem transformações tópicas envolvendo temas específicos, diretamente relacionados com a prática docente em uma ou outra disciplina”.

A coordenadora da escola “X” fala em determinado momento sobre a falta de envolvimento familiar dos alunos: “Famílias desestruturadas atrapalham muito o rendimento de alguns alunos, digo isso porque quando estava em sala já presenciei esta situação”. A professora “p” fala que: “é quase impossível ajudar um aluno que não tem apoio em casa. O aluno “Z” não tem estrutura familiar, muitas vezes não traz material, vem com uniforme sujo, o pouco material que tem está desorganizado e seu responsável quase nunca aparece e quando aparece só critica o menino “. O diretor “B” também trata das dificuldades escolares quando se não possui apoio familiar dizendo que: “se no processo de ensino-aprendizagem não se incluir a comunidade e a família poderá diminuir as chances de sucesso dos alunos”.

Marturano (1998) in Funayama (2000) cita alguns exemplos de envolvimento dos pais: ler para a criança e ouvir sua leitura quando ela solicitar; promover e compartilhar atividades de lazer, passeios e férias; perguntar sobre a escola; conhecer seus colegas; entre outras coisas simples que fazem a diferença; porém, os pais precisam sentir prazer ao realizar essas atividades e dedicar parte de seu tempo à criança.

Acrescenta ainda, que as crianças obtêm melhor desempenho escolar quando os adultos em casa são mais unidos, cooperativos e cordiais.

Segundo Marturano:

(...) Pais que são afetuosos; controladores, sem serem restritivos demais; que costumam utilizar-se de explicações para justificar as regras que governam a vida quotidiana da família e que animam a criança a ser independente, contribuem para maior auto-regulação na escola, melhor desempenho escolar e melhor ajustamento em sala de aula Funayama, (2000:15)

4.1 RESULTADOS

Os resultados foram apontados mediante as categorias construção do conhecimento, mediação e fatores de aprendizagem. Os resultados mostraram que a categoria construção do conhecimento não apresentou aulas diversificadas que atendiam as necessidades reais dos alunos. Os conteúdos estavam fora de contexto deixando a desejar a construção do conhecimento. Segundo Coll (1994:151):

A atitude favorável para a aprendizagem significativa faz referência a uma intencionalidade do aluno para relacionar o novo material de aprendizagem com o que já conhece, com os conhecimentos adquiridos previamente com os significados já construídos. Quando a intencionalidade é escassa, o aluno limitar-se-á, provavelmente, a memorizar o aprendido de uma forma mecânica e repetitiva COLL, (1994:151).

Os pontos negativos evidenciados na categoria mediação mostram que não havia diálogo nas interações entre professore e aluno. No decorrer das atividades em sala o aluno não era tratado como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem. Não existe elo entre professor, aluno e conhecimento construído. O educador nem conhecia o conceito de mediação por meio da abordagem

construtivista. Na categoria fatores de aprendizagem não se buscava meios para identificar realmente o que interferia no rendimento do aluno, ao invés disso os alunos eram rotulados mesmo que de forma na intencional. A falta de fatores impulsionadores dificultavam novas perspectivas de aprendizagem do aluno. Existe pouco conhecimento científico sobre os fatores que interferem na aprendizagem por parte dos membros da escola. Segundo Noronha (1977) apud Leite 1988:

Ao tomar consciência das contradições e limitações de sua prática, o professor assume uma das três opções: distanciar-se da atividade, permanecer e atuar em função dessas próprias contradições ou acomodar-se à situação. Obviamente o segundo tipo de postura é o mais adequado visando à superação dos problemas enfrentados.

Como alguns professores desconhecem esses fatores que dificultam a aprendizagem à mesma muitas vezes não acontece e outras vezes acontece superficialmente.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a criança começa a aprender, por influência de uma motivação interna, procura satisfazer a sua curiosidade de conhecer o mundo a sua volta. Hoje, as informações chegam cada vez mais rápidas ao seu mundo, através da TV, Internet e outros meios de comunicação. Se a metodologia de ensino adotada pelo professor for adequada, esta criança se tornará independente e buscará o conhecimento através da pesquisa, construindo de forma correta o saber.

Sabemos que durante processo de aprendizagem o indivíduo pode encontrar diferentes obstáculos que podem ser superados neste longo caminho, porém alguns desses obstáculos podem se transformar em dificuldades de aprendizagem que poderão surgir no decorrer desse processo. Para responder à complexidade dessa questão, houve um esforço para alcançar uma visão multidisciplinar, que incluía contribuições de vários autores e de estudos recentes a respeito da importância dos aspectos cognitivos, afetivos, físicos e sociais.

Constatou-se que os fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem quase sempre se apresentam associadas a problemas de natureza, principalmente comportamentais e emocionais. Por sua vez, influenciam problemas escolares e estes afetam os sentimentos e os comportamentos das crianças. Tais dificuldades podem expressar-se de forma internalizada ou externalizada. De modo geral, as crianças com dificuldades para construir conhecimento são descritas como menos envolvidas com as tarefas escolares que os seus colegas sem dificuldades.

Um trabalho psicopedagógico pode contribuir muito, auxiliando os educadores a aprofundarem seus conhecimentos sobre as teorias de ensino/aprendizagem e as recentes contribuições de diversas áreas do conhecimento, redefinindo-as e sintetizando-as numa ação educativa.

Do ponto de vista de WEISS, (1987, P.42)

A Psicopedagogia busca a melhoria das relações com a aprendizagem, assim como a melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores.

Conclui-se, através desta pesquisa, que problema no processo de ensino e aprendizagem evidencia que a criança apresentou pobre desempenho escolar e ela

atribui isso à incompetência pessoal, apresenta sentimentos de vergonha, dúvidas sobre si mesmas, baixa estima e distanciamento das demandas da aprendizagem, caracterizando problemas emocionais e comportamentos internalizados.

Através desse trabalho, o educador pode olhar-se como um eterno aprendiz e como uma pessoa que ensina, assumindo as suas próprias inseguranças, com a angústia de conhecer e de desconhecer, fazendo-o redimensionar seus próprios modelos de aprendizagem e o seu vínculo com os alunos.

Um trabalho pedagógico pode oferecer ainda, condições para que os educadores possam distinguir com mais clareza duas vertentes de dificuldades na aprendizagem: uma que pode ser solucionada pelo próprio professor, com orientação da equipe técnico-pedagógica comum nas escolas e outra que exige a intervenção de profissionais especializados.

Durante a pesquisa qualitativa percebemos que alguns profissionais da educação acreditam que aprender é lembrar as coisas que foram ensinadas, ou seja, repetir as cadeias verbais de raciocínio que foram apresentadas pelos professores. Neste contexto, o melhor aluno é aquele que repete com presteza e sem distorção as informações que lhes foram transmitidas. Os alunos que não adquiriram uma boa técnica de memorização raramente atingem esse padrão e são considerados incompetentes. Segundo Coll (1994:155):

A aprendizagem que o aluno leva a cabo não pode ser entendida unicamente a partir de uma análise externa e objetiva do que lhe ensinamos e de como lhe ensinamos, mas também que é necessário levar em conta, além disso, as interpretações subjetivas que o próprio aluno constrói a este respeito **Coll (1994:155).**

Evidenciou-se que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, pois os profissionais de educação que buscarem novas abordagens científicas sobre a construção do conhecimento, a mediação e os fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem poderão identificar como as dificuldades de aprendizagem se classificam entre si, colocando em evidência o impacto das dificuldades de aprendizagem sobre o rendimento escolar do aluno e que acabam mostrando fatos também associados a problemas de socialização.

Para que ocorra uma ação verdadeiramente transformadora, é necessário para muitos professores abrir mão de posturas educacionais radicais ou tradicionais, e abraçar propostas nas quais exista a construção do conhecimento pelo qual o homem lentamente constrói, a sua maneira, um modelo útil do que é e do que poderá vir a ser o mundo, cedam lugar a um trabalho consistente e articulado, que defina o papel das diferentes ciências em relação à educação e considere o ser humano em toda a sua amplitude, em toda a sua dimensão.

Para Cunha (1993), – a relação professor aluno pode encaminhar o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno de maneira positiva ou negativa, sendo o professor o responsável e o principal mediador para que isso aconteça.

A categoria construção do conhecimento nos mostrou que para compreender parte da dinâmica de funcionamento da construção do conhecimento, torna-se relevante estudar o ponto de desenvolvimento em que a criança se encontra e o progresso que o antecedeu. Realizar a função de educador tem uma vasta responsabilidade. Ajudar o desenvolvimento da criança é uma meta audaciosa que precisa ser cumprida pelos objetivos de melhoria na qualidade de vida do mesmo. Por isso essa categoria foi de grande importância para entendermos como o construtivismo surge neste processo, em oposição às exposições denominadas educação tradicional e educação "progressista" ou "centrada no aluno". Segundo o construtivista César Coll:

a primeira caracteriza-se por ser "transmissiva" e "acumulativa", restando ao aluno um papel essencialmente receptivo, enquanto o papel de responsável pela transmissão do saber constituído é atribuído ao professor. A segunda considera que a educação escolar ideal não é a que transmite os saberes constituídos legitimados socialmente, mas aquela que assegura condições ótimas para o aluno desenvolver suas capacidades cognitivas, afetivas, sociais e de aprendizagem COLL, (1992, p. 11).

Esta categoria está diretamente ligada à construção do conhecimento administrando e levantando importante reflexão em relação à instituição de ensino citada na pesquisa, sendo crucial para a formação do aluno como ser humano. Essa

categoria se mostrou ser uma tarefa árdua e carece de muita vontade e empenho para ser realizada de fato nos documentos e principalmente na conduta da professora regente. Ficou claro em grande parte dos momentos e dos documentos analisados que existem profissionais na escola pesquisada que não acreditam na gestão do conhecimento, na mediação, simplesmente pelo fato de que o conhecimento está na cabeça das pessoas. No entanto, se entendermos mediação do conhecimento como um conjunto de estratégias de ação que visam fomentar a criação, o compartilhamento/socialização e a alimentação do conhecimento humano, em um determinado espaço organizacional, sem dúvida nenhuma mediação do conhecimento é possível e se torna muita positiva. “*A transmissão racional e intencional de experiência e pensamento a outros requer um sistema mediador, cujo protótipo é a fala humana, oriunda da necessidade de intercâmbio durante o trabalho*” (VIGOTSKY, 1998, p.7).

A categoria fatores de aprendizagem demonstrou grande riqueza em diversos momentos da análise de dados apresentando fatores determinantes para o entendimento do problema na instituição educacional pesquisada. A categoria mostrou que muitas vezes, para se livrar da responsabilidade do fracasso do aluno, busca-se um culpado; alguém que possa assumir sozinho esta situação. A categoria fatores de aprendizagem vem questionar esta atitude e propõe discutir o fracasso escolar a partir de outras variáveis que também influenciam no processo de aprendizagem.

Do ponto de vista de LEITE, (1988, P.15):

as conseqüências individuais do fracasso escolar: a deserção prematura acaba por dificultar as possibilidades de participação social, principalmente com as populações mais pobres, que paradoxalmente, são os que mais necessitam da escola para aquisição de conhecimentos e habilidades socialmente relevantes.

A partir disso, procura-se pensar no papel do psicopedagogo com relação ao fracasso escolar. A articulação entre educação e psicologia pode servir tanto para

determinar “o culpado” que se procura, e para ampliar este foco, buscando outras variáveis que influenciam no processo de aprendizagem.

Inúmeros estudos feitos em escolas demonstraram que os educadores com uma prática democrática em sala de aula e que desenvolvem seu trabalho com mais prazer são mais justos no processo educativo, são mais tolerantes e amigos, sabem escutar e estimulam a participação do educando em sala de aula.

Segundo Cunha 1993, “um professor que acredita nas potencialidades do aluno, que está preocupado com seu nível de satisfação, exerce práticas de sala de aula de acordo com esta posição. E isto é também relação professor –aluno”.

É certo também, que o processo de aprendizagem tem que oferecer significado ao aluno, e o educador é o mediador para esse processo. Entretanto, se torna necessário oportunizar a evolução do outro no seu processo de aprendizagem e;

“A idéia essencial da tese construtiva que subjaz ao conceito de aprendizagem significativa é, como já mencionamos, que a aprendizagem que o aluno leva a cabo não pode ser entendida unicamente a partir de uma análise externa e objetiva do que lhe ensinamos e de como lhe ensinamos, mas também que é necessário levar em conta, além disso, as interpretações subjetivas que o próprio aluno constrói a este respeito” (Salvador 1998. Apud Freitas, 2002, p. 23).

As teorias da construção do conhecimento e dos fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem fornecem os pressupostos teóricos que orientam o processo pedagógico. A tarefa primordial do educador é a de traduzir a teoria que ele acredita em prática funcional.

Podemos afirmar que esta pesquisa nos ajudou a mostrar que os fatores que dificultam o processo ensino e aprendizagem apontam que a dificuldade de aprendizagem e o fracasso escolar parecem andar juntos, mas também não podem ser considerados como causa e conseqüência um do outro, ainda que entre as crianças que apresentam fracasso escolar possa ser encontrado um alto percentual de crianças com dificuldades de aprendizagem. Compreender a origem destas

dificuldades e identificar se suas causas ajudarão o profissional de educação a mediar e mudar o desempenho desses alunos no cotidiano escolar.

Sugerimos que o leitor deste trabalho possa observar as características socioculturais do ser humano e refletir sobre elas visando à mudança em sala de aula. Identificar por meio de pesquisa maneiras que visem compreender por que integrantes de algumas classes escolares demoram mais para construir conhecimento. Levantar informações sobre as condições de vida desses alunos e perceber com estudos teóricos como o profissional de educação pode entender muitas situações que interferem no aprendizado e na construção do conhecimento.

6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli E. D. A. & LÜDKE, Menga (1986). Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BELLO, Jonas. História da Educação no Brasil (on line). Set. 1999, Disponível: <http://www.historiadobrasil.com.br> (capturado em março. 2006)
- BOSSA, Nadia Aparecida. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1994.
- COLL, César. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento, Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- COLL, César. Aprendizagem escolar y construcción del conocimiento. 2. ed. Barcelona: Paidós Ibéria, 1991.
- CUNHA, Maria Isabel. A relação professor aluno, In: PASSOS, Ilma(org) Repensando a didática. 8. ed. Campinas: Papyrus, 1993.
- EDUCAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR, 1, 1999, Brasília-DF, Reflexões sobre o fazer pedagógico. Brasília. CETEB, 1999, 19p.
- FREITAS, Nilson Guedes. A relação professor aluno. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2002. 42p. (mimeogr.)
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FUNAYAMA, C. A R. (Org.) – Problemas de aprendizagem: Enfoque Multidisciplinar. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- GILLY, M. As representações sociais no campo da educação. In: JODELET, D. (org) As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.321-341.
- GUERRA, Leila Bobine - A criança com dificuldades de aprendizagem: Considerações sobre a teoria de fazer Rio de Janeiro, Enelivros, 2002
- LEITE, Sergio Antônio da Silva, 1946 – Alfabetização e Fracasso Escolar. São Paulo: Edicon, 1988.

- LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. E.D.A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas em educação. São Paulo EPU, 1986.
- MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 4ª edição. São Paulo. Cortez. 2000.
- NEVES, Maria. "Psicopedagogia: Um só Termo e Muitas Significações" in Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Vol.10, nº 21, 1991.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de: Vygotsky - Aprendizado e Desenvolvimento um Processo Sócio-Histórico: São Paulo, Editora Scipione, 1995
- PILETTI, Nelson, História da Educação no Brasil. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- RUBENSTEIN, Edity. A intervenção Psicopedagógica Clínica. in SCOZ et ali, Psicopedagogia: Contextualização, Formação e Atuação Profissional. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.
- SAVIANI, Demerval. A Nova Lei de Educação: trajetória, limites e perspectivas, 1997. p.32.
- SAVIANI, Dermeval. Da Nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- VIGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 194p
- WEISS, Maria Lúcia L. Psicopedagogia Clínica. In Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia, nº 13, São Paulo, junho de 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A

INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Natureza do documento_____

- A categoria “ construção do conhecimento” está contemplada nesse documento? Como?
- A categoria “ mediação” está contemplada nesse documento? Como?
- A categoria “ fatores de aprendizagem” está contemplada nesse documento? Como?
- O objetivo geral dessa pesquisa, “proporcionar uma análise relevante, da construção do conhecimento em relação aos fatores que interferem no processo ensino e aprendizagem do aluno mediante o enfoque das abordagens teóricas”. Está contemplado nesse documento? Como?
- Os objetivos específicos estão contemplados nesse documento? Como?
 - conhecer as concepções teórico pedagógicas do professor;
 - diagnosticar as dificuldades de ensino e, aprendizagem do aluno em sala de aula;
 - identificar como o professor media a construção do conhecimento do aluno;
 - analisar como são trabalhados os fatores que interferem no ensino e aprendizagem;
 - identificar se a prática de ensino é condição de interação social e fator de desenvolvimento do aluno como sujeito e como cidadão ativo no processo ensino e aprendizagem.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

1. Observar a primeira vista, os problemas que estão no desenvolvimento do cotidiano de sala de aula. Depois, com um olhar mais detalhado e mais atento, pude perceber que as dificuldades se sobrepõem.

2. Identificar não uma única causa, mas um conjunto de situações que favorecem o aparecimento e a manutenção do sintoma, entendido como dificuldade de aprendizagem.

3. Observar situações da prática pedagógica que devem estar de acordo com o artigo 205 e 206 da Constituição: *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho* e seguindo o artigo 206, "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: *I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.*

4. Perceber e observa o conjunto de ações entre a direção e coordenação e professores, nas situações de aprendizagem, inseridos que mesmo sistema. O trabalho em parceria permite uma melhor apreensão do contexto, clarificando a natureza do problema e as respostas que devem ser fornecidas em relação a fatores que interferem na aprendizagem.

5. Perceber como e a relação professor x aluno como fator humano e não apenas técnico, sendo essa relação peça fundamental na realização comportamental e educacional de um indivíduo.

6. Identificar a postura do professor que segundo FREIRE (1996: 96), "o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma *cantiga de ninar*. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas".

APÊNDICE C

ENTREVISTA DIRETOR DA ESCOLA

Nome: _____

Escola e turma que atua: _____

1. Qual é a sua concepção pedagógica ?
 - a) Para você como o aluno constrói o conhecimento?
 - b) Como é a relação dos professores x alunos? E dos alunos x alunos?
2. Como gestor da escola você acha que existe um equilíbrio que media o ensino dos vários tipos de conteúdo?
3. Você como educadora media e equilibra o ensino dos vários tipos de conteúdo?
4. Quais são os problemas mais comuns encontrados na população de crianças com problemas de aprendizagem?
5. Como podemos trabalhar os diversos fatores que dificultam a aprendizagem na escola?
6. Que tipo de modificações você sugere na organização dos conteúdos escolares e de novos meios no espaço escolar como forma de diminuir as dificuldades escolares e auxiliar na construção do conhecimento do aluno?
7. Você acha que os professores estão preparados , baseados em fatos teóricos para lidar com as inúmeras situações de dificuldades de aprendizagem?
8. Fala-se muito que os professores resistem em mudar. Há uma verdade nisso ou eles a partir da sua formação são capazes de identificar e diagnosticar as dificuldades de ensino e, aprendizagem do aluno em sala de aula?

9. Qual a relevância do papel do educador na mediação do conhecimento e a importância de que ele desempenhe sua tarefa educativa.

10. Os professores tem reclamado muito da dificuldade de se educar os alunos de hoje por falta de apoio familiar. O que está acontecendo e por que os professores estão tão confusos com os fatores os fatores que interferem no ensino e aprendizagem?

APÊNDICE D

Entrevista Coordenador Pedagógico

Nome : _____

11. Qual é a sua concepção pedagógica ??

A) Para você como o aluno constrói o conhecimento?

12. Como coordenadora da escola você acha que existe um equilíbrio que media o ensino dos vários tipos de conteúdo?

13. O que se propõe e se espera do profissional em uma escola com crianças com dificuldade de aprendizagem, a formação deverá ser diferenciada?

14. Quais são os problemas mais comuns encontrados na população de crianças com problemas de aprendizagem?

15. Você como educadora media e equilibra o ensino dos vários tipos de conteúdo?

16. Como podemos trabalhar os diversos fatores que dificultam a aprendizagem na escola?

17. Que tipo de modificações você sugere na organização dos conteúdos escolares e de novos meios no espaço escolar como forma de diminuir as dificuldades escolares e auxiliar na construção do conhecimento do aluno?
18. Você acha que os professores estão preparados, baseados em fatos teóricos para lidar com as inúmeras situações de dificuldades de aprendizagem?
19. Fala-se muito que os professores resistem em mudar. Há uma verdade nisso ou eles a partir da sua formação são capazes de identificar e diagnosticar as dificuldades de ensino e, aprendizagem do aluno em sala de aula?
20. Qual a relevância do papel do educador na mediação do conhecimento e a importância de que ele desempenhe sua tarefa educativa.
21. Os professores tem reclamado muito da dificuldade de se educar os alunos de hoje por falta de apoio familiar. O que está acontecendo e por que os professores estão tão confusos com os fatores os fatores que interferem no ensino e aprendizagem?

APÊNDICE E

Entrevista Professora Regente

Nome: _____

Escola e turma que atua: _____

22. Qual é a sua concepção pedagógica ?

a) como o aluno constrói o conhecimento?

23. Você como educadora media o ensino dos vários tipos de conteúdo?

24. Para você quais são os fatores que dificultam a aprendizagem? Como?

25. Que tipo de modificações você sugere na organização dos conteúdos escolares e de novos meios no espaço escolar como forma de diminuir as dificuldades escolares e auxiliar na construção do conhecimento do aluno?

26. Você acha que os professores estão preparados , com bases teóricas para lidar com as inúmeras situações de dificuldades de aprendizagem do aluno?

27. Fala-se muito que os professores resistem em mudar. Há uma verdade nisso ou eles a partir da sua formação são capazes de identificar e diagnosticar as dificuldades de ensino e, aprendizagem do aluno em sala de aula?

28. Qual a relevância do papel do educador na mediação do conhecimento e a importância de que ele desempenhe sua tarefa educativa.

Os professores tem reclamado muito da dificuldade de se educar os alunos de hoje por falta de apoio familiar. O que está acontecendo e por que os professores estão tão confusos com os fatores os fatores que interferem no ensino e aprendizagem?

